Companhia Energética

Jaguara

Relatório da Administração

e Demonstrações Contábeis dos Exercícios de

2019 e 2018

CNPJ: 28.925.264/0001-75
NIRE: 42 3 0004594-2
R. Paschoal Apóstolo Pitsica, 5064
Agronômica - Florianópolis – SC
CEP 88025-255

TEGIE 3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA
BM&FBOVESPA A Nova Bolsa
ISEB3
Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada IGC
Índice de Ações com Tag Along Diferenciado ITAG
2019

ÍNDICE

Relatório da Administração 3
Balanços Patrimoniais 9
Demonstrações dos Resultados dos Exercícios 11
Demonstrações dos Resultados Abrangentes 11
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido 12
Demonstrações dos Fluxos de Caixa 13
Demonstrações dos Valores Adicionados 14
Nota 1 – Contexto operacional 15
Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis 16
Nota 3 – Caixa e equivalentes de caixa 18
Nota 4 – Contas a receber de clientes 19
Nota 5 – Ativo financeiro de concessão 19
Nota 6 – Intangível 20
Nota 7 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros 21
Nota 8 – Debêntures 27
Nota 9 – Imposto de renda e contribuição social diferidos 29
Nota 10 – Patrimônio líquido 30
Nota 11 – Dividendos 30
Nota 12 – Conciliação da receita operacional líquida 31
Nota 13 – Resultado financeiro 32
Nota 14 – Conciliação dos tributos no resultado 33
Nota 15 – Transações com partes relacionadas 33
Nota 16 – Seguros 34
Nota 17 – Compromissos de longo prazo 35
Nota 18 – Informações complementares ao fluxo de caixa 35
Orçamento de Capital 36
Declaração dos Diretores da Companhia 37
Conselho de Administração 38
Diretoria Executiva 38
Departamento de Contabilidade 38
Relatório dos Auditores Independentes 39

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia Energética Jaguara ("Jaguara" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2019. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

Constituída em 09.10.2017 e sediada no município de Florianópolis (SC), a Companhia detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para operação da Usina Hidrelétrica Jaguara ("Usina" ou "UHE Jaguara"), em concessão pelo prazo de 30 anos.

A Usina está localizada no Rio Grande, no Estado de São Paulo (SP) – município de Rifaina, com capacidade instalada de 424,0 MW e energia assegurada de 341,0 MW médios.

A energia da Usina está comercializada da seguinte maneira: 70% em cotas no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), livre de risco hidrológico (*Generation Scaling Factor* - GSF). Os demais 30%, disponíveis para negócio no Ambiente de Contratação Livre (ACL), foram negociados em 2018 com a controladora, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "EBE"), com vigência até dezembro de 2028, e também estão isentos de risco hidrológico. Dessa forma, a energia gerada pela Companhia Energética Jaguara está 100% livre dos impactos de déficit de geração hidrológica durante a vigência deste contrato.

2. Estrutura e Controle Acionário

Com 854.408.805 ações ordinárias, a Companhia acumulava capital social de R$ 854.409 mil ao final de 2019, sendo controlada integralmente pela ENGIE Brasil Energia(EBE), uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, sediada em Florianópolis, cuja principal área de atuação e atividade operacional é a geração e a venda de energia elétrica. A EBE, por meio de suas controladas e controlada em conjunto, também atua nos segmentos de trading de energia elétrica, de geração distribuída, de transporte de gás e está em fase de construção de sistema de transmissão.

2.1 Governança Corporativa

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, cujos poderes, atribuições e responsabilidades constam na legislação e no Estatuto Social. Os Conselheiros são eleitos em Assembleia Geral e a Diretoria pelo Conselho de Administração. Os mandatos são de 3 (três) anos, com possibilidade de reeleição.

O Conselho de Administração foi estabelecido na Assembleia de Constituição realizada em 09.10.2017. Atualmente, é composto pelos senhores Eduardo Antonio Gori Sattamini, José Luiz Jansson Laydner e Gabriel Mann dos Santos, sendo o primeiro escolhido para exercer a função de presidente do Conselho.

A Diretoria Executiva foi estabelecida na 1ª Reunião do Conselho de Administração, em 09.10.2017, tendo a seguinte composição: José Luiz Jansson Laydner ocupando a função de Diretor Presidente, Marcelo Cardoso Malta eleito Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores e Arthur Roberto Frota Ellwanger na posição de Diretor Técnico-Operacional.

2.2 Processo de Aquisição da Concessão

A UHE Jaguara, desde sua construção, pertenceu à Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). O prazo de concessão anterior venceu no decorrer de 2017, o que levou a Usina a leilão organizado pelo Governo Federal em 27.09.2017. Os parâmetros técnicos e econômicos deste leilão foram estabelecidos na Resolução n° 12/2017, do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

A ENGIE Brasil Energia foi a vencedora, com uma oferta de R$ 2.171 milhões, resultando em ágio de 13,6% sobre o preço mínimo estabelecido pelo Governo Federal no certame. Após a assinatura do contrato de concessão, transcorreu-se um curto período de operação assistida, compartilhada entre os antigos e novos operadores do ativo. Em 29.12.2017, a operação e manutenção da Usina passou a ser integralmente realizada pela equipe da EBE. A partir dessa data, iniciou-se a contagem dos 30 anos de concessão.

3. Ambiente Macroeconômico

Ao longo de 2019, a economia brasileira deu alguns sinais de retomada do crescimento, ainda que em ritmo mais lento que o esperado. A expectativa do mercado, segundo o Relatório Focus publicado pelo Banco Central ao final de dezembro, é de que Produto Interno Bruto (PIB) tenha registrado incremento de 1,17% no ano, frente ao avanço de 1,10% em 2018 - o dado oficial deve ser publicado no final do primeiro trimestre de 2020.

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou o ano de 2019 em 4,31%, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa segue acima do centro da meta de 4,25%, porém dentro do limite de variação de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Em 2018, o IPCA foi 3,75%.

A taxa básica de juros (SELIC) chegou ao final do ano em seu menor patamar histórico: 4,50% a.a, enquanto o dólar (Ptax) fechou o ano cotado a R$ 4,03 – 4,0% de valorização quando comparado a 2018.

4. Desempenho Operacional

Em 2019, a geração bruta da UHE Jaguara foi de 2.030,6 GWh, aumento de 27,0% se comparado ao desempenho de 2018, que atingiu 1.599,0 GWh. O índice de disponibilidade, desconsiderando-se as paradas programadas, atingido no período em análise foi de 98,7%, 16,7 p.p maior que o obtido em 2018, de 82,0%. Quando consideradas todas as paradas, a disponibilidade global no período analisado foi de 75,3%, 2,4 p.p. menor que o de 2018, de 77,7%.

Importante destacar que a Usina é operada remotamente desde 2018 do Centro de Operação da Geração (COG) localizado em Florianópolis, na sede da controladora ENGIE Brasil Energia, garantindo assim maior padronização, confiabilidade e eficiência operacional ao empreendimento.

5. Desempenho Econômico-financeiro

Indicadores de resultado	2019	2018	Var. (R$)	Var. (%)
Receita operacional líquida	451.254	427.774	23.480	5,5
Lucro bruto	351.869	311.660	40.209	12,9
Margem bruta	78,0%	72,9%	-	5,1 p.p.
Ebitda (Lajida)[1]	371.540	331.457	40.083	12,1
Depreciação e amortização	(20.653)	(20.532)	(121)	0,6
Resultado financeiro	(107.295)	(95.725)	(11.570)	12,1
Imposto de renda e contribuição social	(82.823)	(49.179)	(33.644)	68,4
Lucro líquido	160.769	166.021	(5.252)	(3,2)

[1] Ebitda (Lajida): lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + depreciação e amortização.

Receita operacional líquida

Em 2019, a receita operacional líquida da Companhia apresentou acréscimo de R$ 23.480 mil (5,5%), atingindo R$ 451.254 mil, frente aos R$ 427.774 mil reconhecidos em 2018. Essa variação é consequência, substancialmente, dos seguintes eventos: (i) aumento de R$ 28.567 mil na remuneração do ativo financeiro de concessão, motivada pelo acréscimo no saldo médio do ativo entre os anos e pelo maior impacto da variação monetária em 2019; (ii) redução de R$ 13.169 mil na receita nas transações de energia elétrica, sendo composto por (ii.i) redução de R$ 19.837 mil nas operações de energia elétrica junto à controladora e (ii.ii) aumento de R$ 6.668 mil nas transações realizadas no mercado de curto prazo; (iii) acréscimo de R$ 5.592 mil de receita de indenização para compensação dos impactos negativos pela interrupção de negócios motivada por sinistro ocorrido em maio de 2019 na Usina; e (iv) acréscimo de R$ 2.461 mil referente à receita de Gestão dos Ativos de Geração (GAG), motivada pelos efeitos da atualização monetária. Mais detalhes sobre o item (ii) estão comentados no item "transações de energia" apresentado a seguir.

Custos da venda de energia

Os custos da venda de energia reduziram em R$ 16.729 mil (14,4%) entre os anos em comparação, passando de R$ 116.114 mil em 2018 para R$ 99.385 mil em 2019. Tal variação decorre, essencialmente, do comportamento dos componentes a seguir:

a) Energia elétrica comprada para revenda e transações no mercado de energia de curto prazo: redução de R$ 23.378 mil (42,5%) e acréscimo R$ 2.323 mil (88,1%), respectivamente, entre os anos em análise, totalizando uma redução de R$ 21.055 mil. Mais detalhes sobre as variações estão comentados no item "transações de energia" apresentado a seguir.

b) Materiais e serviços de terceiros: acréscimo de R$ 5.207 mil (39,1%) entre 2018 e 2019, motivado, substancialmente, por aumentos nos custos de (i) manutenção, relacionados a GAG melhorias; (ii) manutenção, limpeza e conservação de instalações; (iii) advocacia; (iv) gestão ambiental; e (v) engenharia, arquitetura e topografia. Esses acréscimos foram parcialmente atenuados pela redução nos custos com Contrato de O&M de Usinas e de Linhas de Transmissão de Conexão.

c) Encargos de uso da rede elétrica e conexão: redução de R$ 2.178 mil (17,8%) entre os anos comparados. A parcela destes custos referente à garantia física destinada ao mercado regulado é reembolsada por meio da Receita Anual de Geração (RAG). Em julho de 2018 ocorreu a revisão da parcela reembolsada, ocasionando a redução do saldo entre os anos comparados.

d) Pessoal: aumento de R$ 1.134 mil (20,4%) entre 2018 e 2019, motivados, substancialmente, por acréscimos nos valores referentes a participação nos lucros e resultados e bônus gerencial; pelo efeito do reajuste anual da remuneração dos colaboradores e pelo aumento do quadro de colaboradores da Companhia.

Transações de energia (incluem as transações realizadas no mercado de curto prazo)

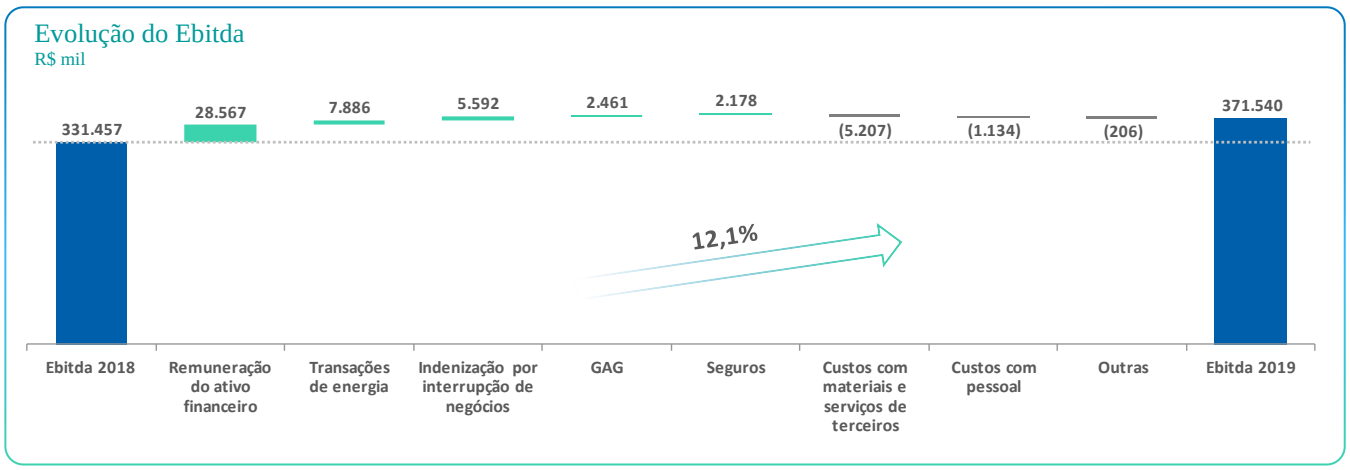
A Companhia vende a totalidade de sua garantia física destinada ao mercado livre à sua controladora, ENGIE Brasil Energia S.A. ("EBE"), cujo contrato de venda possui um mecanismo de ajuste de preço para mitigação de risco, que prevê que a compradora, a controladora, assuma os impactos decorrentes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), o qual inclui a sazonalização da garantia física para fins de alocação de energia e o Fator de Ajuste de Garantia Física (Energia Secundária ou GSF).

Na receita com operações de energia elétrica houve decréscimo de R$ 13.169 mil, enquanto no custo, houve redução de R$ 21.055 mil, ocasionando aumento de R$ 7.886 mil no lucro bruto da Companhia.

Este acréscimo é resultado da estratégia de sazonalização adotada pela Companhia nos anos comparados, tendo ocasionado aumento da energia vendida no mercado de curto prazo e o aumento de compras neste mesmo mercado, impactando o lucro bruto da Companhia no montante de R$ 4.345 mil. Adicionalmente, a Companhia efetuou compras de energia em 2019 em montante R$ 23.378 mil inferior à 2018. Haja vista o mecanismo de mitigação descrito anteriormente, estes efeitos foram parcialmente atenuados pela redução de 8,1% do preço médio líquido de venda à controladora, passando de R$ 188,63/MWh em 2018 para R$ 173,30/MWh, o que ocasionou um decréscimo de R$ 19.837 mil na receita da Companhia.

Ebitda

Refletindo os efeitos mencionados anteriormente, o Ebitda de 2019 foi de R$ 371.540 mil, R$ 40.083 mil (12,1%) acima do apurado em 2018, que foi de R$ 331.457 mil.



Resultado financeiro

Em 2019, as receitas financeiras atingiram R$ 2.959 mil (R$ 7.884 mil em 2018), redução de R$ 4.925 mil (62,5%) entre os anos comparados, principalmente devido à redução nas receitas com aplicações financeiras. As despesas financeiras foram de R$ 110.254 mil (R$ 103.609 mil em 2018), aumento de R$ 6.645 mil (6,4%) entre os anos comparados, impactadas, principalmente, pelo aumento do IPCA, promovendo elevações na variação monetária e no ajuste a valor justo. Esses efeitos foram parcialmente atenuados por reduções nos juros de dívidas, tendo em vista que o saldo médio de dívida foi menor em 2019, quando comparado à 2018.

Imposto de renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

No ano de 2019, essas despesas aumentaram R$ 33.644 mil (68,4%), passando de R$ 49.179 mil em 2018 para R$ 82.823 mil em 2019, em decorrência, principalmente, do acréscimo do lucro antes dos tributos e dos efeitos motivados pela alteração no regime de tributação ocorrida em 2019, quando a Companhia aderiu ao lucro real (2018 – lucro presumido).

Lucro líquido

O lucro líquido de 2019 foi de R$ 160.769 mil, R$ 5.252 mil (3,2%) inferior aos R$ 166.021 mil apresentados no ano anterior, consequência da combinação dos itens apresentados anteriormente.

6. Gestão Socioambiental

A UHE Jaguara, quando operada pelo antigo proprietário, possuía as certificações ISO 9001 (Qualidade) e 14001 (Gestão Ambiental) e ainda OSHAS 18001 (Saúde e Segurança). Com a transferência do ativo, as certificações são perdidas, havendo a necessidade de haver novos processos de certificação, pautados pela cultura, modelo de gestão, políticas e procedimentos da nova operadora.

A Administração da Companhia está engajada em realizar as adaptações estruturais eventualmente necessárias, bem como a aculturação e capacitação dos recursos humanos direta e indiretamente envolvidos na operação da Usina para que em breve possam ser reconduzidos os processos de certificação acima citados, dado que a controladora, ENGIE Brasil Energia, possui tais certificações em 12 Usinas em todo o país, o que indica que as condições básicas já estão estabelecidas.

A Usina possui os seguintes programas socioambientais, estabelecidos na Licença de Operação vigente:

a) Programa de Monitoramento de Focos Erosivos;
b) Programa de Reflorestamento Ciliar;
c) Programa de Gerenciamento de Resíduos;
d) Programa de Monitoramento de Efluentes Líquidos;
e) Programa de Monitoramento de Qualidade da Água;
f) Programa de Conservação da Ictiofauna e Afugentamento nas Paradas de Máquinas;
g) Programa de Peixamento;
h) Programa de Levantamento da Produção Pesqueira;
i) Programa de Monitoramento da Avifauna e Projeto Urubu;
j) Programa de Educação Ambiental;
k) Programa de Comunicação Social;
l) Programa de Gestão Sociopatrimonial;
m) Plano de Atendimento a Emergências (PAE);

n) Programa de Monitoramento de Macrófitas Aquáticas;
o) Programa de Monitoramento, Prevenção e Controle de Mexilhão-Dourado (Limnoperna fortunet).

7. Recursos Humanos

A Companhia possui empregados alocados diretamente na Usina e sua administração é realizada pela controladora ENGIE Brasil Energia. A Companhia reembolsa a controladora das despesas com o pessoal.

8. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

9. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2019.

10. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para a criação da Companhia e seu desempenho no ano de 2019.

A Administração

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA

CNPJ N° 28.925.264 /0001-75 | NIRE N° 42 3 0004594-2

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	31.12.2019	31.12.2018
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	54.865	13.302
Contas a receber de clientes	4	25.784	10.157
Indenização de seguros a receber	16	9.663	14.590
Ativo financeiro de concessão	5	183.783	172.165
Outros ativos circulantes		4.764	3.203
		278.859	**213.417**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Ativo financeiro de concessão	5	1.496.385	1.437.860
Outros ativos não circulantes		64	5.357
		1.496.449	**1.443.217**
Imobilizado		**3.060**	**5.163**
Intangível	6	**575.711**	**596.260**
		2.075.220	**2.044.640**
TOTAL		**2.354.079**	**2.258.057**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA

CNPJ N° 28.925.264 /0001-75 | NIRE N° 42 3 0004594-2

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31.12.2019	31.12.2018
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		11.185	8.834
Dividendos	11	167.792	33.572
Debêntures	8	117.069	107.195
Imposto de renda e contribuição social a pagar		29.466	4.655
Outras obrigações fiscais e regulatórias		5.186	4.894
Adiantamento de clientes	15	-	51.494
Adiantamento de indenização de lucros cessantes	16	18.293	-
Outros passivos circulantes		3.768	203
		352.759	**210.847**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Debêntures	8	911.652	1.004.860
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	69.138	35.891
Outros passivos não circulantes		12.303	1.781
		993.093	**1.042.532**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	10	854.409	854.409
Reservas de lucros	10	153.818	8.321
Dividendos adicionais propostos	11	-	141.948
		1.008.227	**1.004.678**
TOTAL		**2.354.079**	**2.258.057**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA
CNPJ N° 28.925.264 /0001-75 | NIRE N° 42 3 0004594-2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Nota	31.12.2019	31.12.2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	**451.254**	**427.774**
Custos da energia vendida			
Energia elétrica comprada para revenda		(31.590)	(54.968)
Depreciação e amortização		(20.653)	(20.532)
Materiais e serviços de terceiros		(18.522)	(13.315)
Encargos de uso da rede elétrica		(10.050)	(12.228)
Pessoal		(6.701)	(5.567)
Transações no mercado de energia de curto prazo		(4.961)	(2.638)
Royalties		(3.533)	(2.853)
Outros custos operacionais		(3.375)	(4.013)
		(99.385)	**(116.114)**
LUCRO BRUTO		**351.869**	**311.660**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(1.002)	(942)
Outras receitas operacionais, líquidas		20	207
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**350.887**	**310.925**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	13	2.959	7.884
Despesas financeiras	13	(110.254)	(103.609)
		(107.295)	**(95.725)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**243.592**	**215.200**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	14	(49.576)	(16.031)
Diferido	14	(33.247)	(33.148)
		(82.823)	**(49.179)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**160.769**	**166.021**
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO – EM REAIS	10	**0,18816**	**0,19431**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

	31.12.2019	31.12.2018
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**160.769**	**166.021**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**160.769**	**166.021**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA

CNPJ N° 28.925.264/0001-75 | NIRE N° 42 3 0004594-2

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

		Capital Social			Reservas de lucros				
	Nota	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31.12.2017		**100**	**(90)**	**854.309**	**20**	**-**	**16.020**	**-**	**870.359**
Integralização de capital	10	-	90	-	-	-	-	-	90
Capitalização de AFAC	10	854.309	-	(854.309)	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais de 2017 creditados	11	-	-	-	-	-	(16.020)	-	(16.020)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	166.021	166.021
Destinações propostas à AGO:									
- Reserva legal	10	-	-	-	8.301	-	-	(8.301)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios	11	-	-	-	-	-	-	(15.772)	(15.772)
- Dividendos adicionais propostos	11	-	-	-	-	-	141.948	(141.948)	-
Saldos em 31.12.2018		**854.409**	**-**	**-**	**8.321**	**-**	**141.948**	**-**	**1.004.678**
Dividendos adicionais de 2018 creditados	11	-	-	-	-	-	(141.948)	-	(141.948)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	160.769	160.769
Destinações propostas à AGO:									
- Reserva legal	10	-	-	-	8.039	-	-	(8.039)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios	11	-	-	-	-	-	-	(15.272)	(15.272)
- Reserva de retenção de lucros	10	-	-	-	-	137.458	-	(137.458)	-
Saldos em 31.12.2019		**854.409**	**-**	**-**	**16.360**	**137.458**	**-**	**-**	**1.008.227**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA

CNPJ N° 28.925.264/0001-75 | NIRE N° 42 3 0004594-2

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

	31.12.2019	31.12.2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	243.592	215.200
Conciliação do lucro com o caixa gerado nas operações:		
Remuneração do ativo financeiro de concessão	(237.446)	(208.879)
Depreciação e amortização	20.653	20.532
Juros e variação monetária	106.549	102.923
Outros	2.725	(165)
Lucro antes dos tributos ajustado	**136.073**	**129.611**
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	(15.274)	(6.622)
Indenização de seguros a receber	4.927	(14.590)
Ativo financeiro de concessão	167.302	181.564
Outros ativos	4.545	(3.175)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	2.351	8.657
Outras obrigações fiscais e regulatórias	200	3.679
Adiantamento de clientes	(51.494)	51.494
Adiantamento de indenização de lucros cessantes	18.293	-
Outros passivos	1.782	1.966
Caixa líquido das operações	**268.705**	**352.584**
Pagamento de juros sobre debêntures	(71.462)	(94.940)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(21.094)	(10.942)
Caixa líquido das atividades operacionais	**176.149**	**246.702**
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e no intangível	(4.300)	(5.163)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(4.300)**	**(5.163)**
Atividades de financiamento		
Integralização de capital	-	90
Emissão de debêntures	-	1.090.347
Pagamento de notas promissórias	-	(1.320.000)
Pagamento de debêntures	(107.286)	-
Dividendos pagos	(23.000)	-
Outros	-	364
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(130.286)**	**(229.199)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**41.563**	**12.340**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	13.302	962
Saldo final	54.865	13.302
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**41.563**	**12.340**

As informações adicionais sobre as transações que não afetam o caixa e equivalentes de caixa estão apresentadas na Nota 18 – Informações complementares ao fluxo de caixa.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA
CNPJ N° 28.925.264/0001-75 | NIRE N° 42 3 0004594-2
DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

	31.12.2019	31.12.2018
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receita bruta de vendas	473.843	438.334
Outros	20	207
	473.863	**438.541**
(-) Insumos		
Energia elétrica comprada para revenda	(31.590)	(54.968)
Materiais e serviços de terceiros	(19.157)	(14.117)
Encargos de uso de rede elétrica e conexão	(10.050)	(12.228)
Transações no mercado de energia de curto prazo	(4.961)	(2.638)
Outros	(3.522)	(2.400)
	(69.280)	**(86.351)**
VALOR ADICIONADO BRUTO	**404.583**	**352.190**
Depreciação e amortização	(20.653)	(20.532)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	**383.930**	**331.658**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	2.959	7.884
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**386.889**	**339.542**

	31.12.2019	%	31.12.2018	%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Remuneração:				
Do trabalho				
Remuneração e encargos	3.846	1,0	3.127	0,9
Benefícios	882	0,2	978	0,3
Participação nos resultados	650	0,2	328	0,1
FGTS	253	0,1	219	0,1
	5.631	**1,5**	**4.652**	**1,4**
Do governo				
Impostos federais	105.858	27,4	60.083	17,7
Impostos estaduais	1	-	4	-
Encargos setoriais	4.254	1,1	5.067	1,5
	110.113	**28,5**	**65.154**	**19,2**
Do capital de terceiros				
Juros e variação monetária de debêntures e notas promissórias	106.874	27,6	102.980	30,3
Aluguéis	153	-	106	-
Outras despesas financeiras	3.349	0,9	629	0,2
	110.376	**28,5**	**103.715**	**30,5**
Do capital próprio				
Reserva legal	8.039	2,1	8.301	2,4
Dividendos	15.272	3,9	157.720	46,5
Reserva de retenção de lucros	137.458	35,5	-	-
	160.769	**41,5**	**166.021**	**48,9**
	386.889	**100,0**	**339.542**	**100,0**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA
CNPJ N° 28.925.264/0001-75 | NIRE N° 42 3 0004594-2
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Jaguara ("Companhia" ou "Jaguara") é uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, e sociedade anônima, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, Brasil. A área de atuação e a atividade operacional da Companhia é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia foi constituída em 09.10.2017, tendo início das atividades em 19.10.2017, com o objetivo de operar e manter a Usina Hidrelétrica Jaguara ("UHE Jaguara" ou "Usina"), localizada no município de Rifaina, estado de São Paulo, estando sob o controle acionário da ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "EBE"), a qual é controlada pela ENGIE Brasil Participações Ltda., ambas situadas no Brasil. O controle acionário da ENGIE Brasil Participações Ltda. é detido pela International Power S.A., cuja sede está na Bélgica. Essa, por sua vez, é controlada pela International Power Ltd., empresa sediada no Reino Unido, integrante do grupo econômico ENGIE, sediado na França.

A Usina entrou em operação em 1971 e possui capacidade instalada de 424,0 MW[1] e 341,0 MW médios de garantia física.

O Contrato de Concessão foi assinado em 10.11.2017, com prazo de 30 anos, contados a partir de 29.12.2017. Exclusivamente para a parcela de 70% da garantia física destinada ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR), a Companhia é remunerada por meio da Receita Anual de Geração (RAG), a qual é composta da parcela associada ao Custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG), da parcela de Retorno da Bonificação pela Outorga (RBO), da parcela associada à GAG decorrente de ampliações, dos encargos de conexão, dos encargos de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, da parcela de ajuste pela indisponibilidade e de outros encargos.

Em 27.04.2018, a Companhia teve deferido seu registro de emissor de que trata a Instrução CVM n° 480/09, na categoria "b".

O capital circulante líquido negativo apresentado no balanço de 31.12.2019, no montante de R$ 73.900, decorre, substancialmente, do saldo de dividendos a pagar à controladora, tendo em vista a destinação de dividendos adicionais propostos referentes ao exercício de 2018.

[1] As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir o valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando aplicável. Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia. As informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

d) Lucro líquido por ação – básico e diluído

Não há diferença entre o lucro líquido por ação – básico e diluído – em virtude de não ter ocorrido emissão de ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados.

e) Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Companhia elaborou essa demonstração nos termos do CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As normas internacionais não requerem a apresentação dessa demonstração, como consequência, a mesma está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis. Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

f) Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

g) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, à mensuração inicial do valor justo do ativo financeiro da concessão, bem como ao cálculo do valor justo das debêntures e do *hedge* contratado para proteção contra a variação dos juros sobre as mesmas.

h) Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração

No encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se há evidência de que o montante dos ativos de longa duração pode não ser recuperável. Se tal evidência é identificada, a Companhia procede ao teste de avaliação de recuperação dos ativos (*impairment*).

i) Mensuração do valor justo

A Companhia mensura alguns instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas as circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente; e

- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo não esteja disponível.

j) Novas normas, alterações e interpretações

Em 01.01.2019 entraram em vigência os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia: (i) Alterações no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil (IFRS 16); (ii) Alterações no CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (IAS 28); (iii) Alterações no CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados (IAS 19) – Alterações, reduções ou liquidação de planos; (iv) Alterações no CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9) – Recursos de pré-pagamento com compensação negativa; (v) ICPC 22 – Incertezas sobre tratamentos de tributos sobre o lucro (IFRIC 23); e (vi) Revisão anual do CPC ° 13/2018 (IASB ciclo 2015-2017).

A Companhia avaliou a aplicação dessas novas normas e alterações e concluiu que não há impactos em suas demonstrações contábeis pela adoção dos novos requerimentos. A Companhia não possui contratos que estejam enquadrados no escopo da nova norma de arrendamento mercantil e resultem no reconhecimento de direito de uso de arrendamentos em contrapartida de arrendamentos a pagar. A Companhia optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e para os quais o ativo subjacente é de baixo valor. Os contratos de arrendamento da Companhia atendem aos critérios de isenções em questão e, portanto, estão reconhecidos no resultado do exercício.

k) Novas normas, alterações e interpretações com vigência a partir de 01.01.2020

A partir de 01.01.2020, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia: (i) Revisão do CPC 00 – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; (ii) Alterações no CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios; e (iii) Alterações no CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis e CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

l) Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 18.02.2020.

NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil: Caixa e equivalentes de caixa são compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

	31.12.2019	31.12.2018
Caixa e depósitos bancários à vista	**132**	**326**
Aplicações financeiras		
Fundo de Investimento Exclusivo		
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	54.733	12.976
	54.865	**13.302**

As aplicações financeiras da Companhia são mantidas para o pagamento dos compromissos de caixa de curto prazo, estando concentradas, substancialmente, no fundo exclusivo Energy Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE), cuja gestão é feita pelo Banco Santander. O fundo tem como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo em 31.12.2019, 100% de sua carteira em ativos com risco do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária.

A rentabilidade média do fundo nos anos de 2019 e de 2018 foi de cerca de 99,3% e 100,0% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 4 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Política contábil: Contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

	31.12.2019	31.12.2018
ENGIE Brasil Energia	14.926	-
Distribuidoras	9.837	9.898
Transações realizadas na CCEE	1.021	259
	25.784	**10.157**

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 45 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

A composição dos valores a receber vencidos apresentados no ativo circulante era esta:

	31.12.2019	31.12.2018
Vencidas até 30 dias	-	314
Vencidas há mais de 30 dias	5	971
	5	**1.285**

A Companhia não reconheceu perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, haja vista sua experiência de perda de crédito histórica e sua expectativa no recebimento destes créditos. Em 2019 e 2018 não foram baixados valores de contas a receber de clientes em virtude de perdas verificadas.

NOTA 5 – ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO

Política contábil: O ativo financeiro de concessão corresponde ao direito incondicional de recebimento de caixa por meio do Retorno da Bonificação pela Outorga (RBO), para recuperação do investimento na aquisição de outorgas de concessão de usinas hidrelétricas licitadas pela União. Foi registrado inicialmente pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros garantidos e, subsequentemente, pelo custo amortizado com base na taxa utilizada para o cálculo do valor presente.

a) Composição

	31.12.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo financeiro de concessão	183.783	1.496.385	1.680.168	172.165	1.437.860	1.610.025

Em 27.09.2017, a Companhia foi vencedora do Leilão de Concessões não Prorrogadas, para a concessão da Usina Hidrelétrica Jaguara, pelo período de 30 anos, a partir de 10.11.2017. O pagamento da bonificação pela outorga da concessão se deu em parcela única em 30.11.2017.

Como parte do processo do Leilão, a Companhia tem assegurado pelo Poder Concedente o direito à venda de 70% da garantia física da usina, no Sistema de Cota de Garantia Física, garantindo, assim, o direito incondicional de receber caixa durante o período de concessão, sem riscos de demanda, de mercado e hidrológicos. Dessa forma, a parcela do montante pago pela outorga da concessão, correspondente ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, calculado com base na taxa de desconto de referência na data do reconhecimento inicial (6,9%), a serem recebidos pela venda da energia no ACR, foi reconhecida como ativo financeiro.

A movimentação do ativo financeiro foi esta:

	UHE Jaguara
Saldo em 31.12.2017	**1.582.710**
Recebimentos	(181.564)
Juros	154.551
Variação monetária	54.328
Saldo em 31.12.2018	**1.610.025**
Recebimentos	(167.303)
Juros	153.638
Variação monetária	83.808
Saldo em 31.12.2019	**1.680.168**

b) Perfil de realização do ativo financeiro de concessão apresentado no ativo não circulante

	Total
2021	153.132
2022	138.531
2023	125.321
2024	113.343
2025	102.532
2026 a 2030	383.315
2031 a 2047	480.211
Ativo financeiro de concessão	**1.496.385**

NOTA 6 – INTANGÍVEL

Política contábil: Refere-se, substancialmente, ao direito de uso da infraestrutura, originado pela diferença entre o valor da bonificação pela outorga e o montante alocado como ativo financeiro de concessão. A amortização é registrada de forma linear no prazo de vigência do contrato de concessão.

		31.12.2019			31.12.2018		
	Período de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total
Bonificação pela outorga	Até 2047	620.327	(44.695)	575.632	620.327	(24.067)	596.260
Direito de uso de ativos	Até 2024	80	(1)	79	-	-	-
		620.407	**(44.696)**	**575.711**	**620.327**	**(24.067)**	**596.260**

A movimentação do ativo intangível foi esta:

	Bonificação pela outorga	Direitos de uso de ativos	Total
Saldos em 31.12.2017	**616.792**	**-**	**616.792**
Ingresso	-	-	-
Amortização	(20.532)	-	(20.532)
Saldos em 31.12.2018	**596.260**	**-**	**596.260**
Ingresso	-	80	80
Amortização	(20.628)	(1)	(20.629)
Saldos em 31.12.2019	**575.632**	**79**	**575.711**

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 31.12.2019 e 31.12.2018 não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

NOTA 7 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação e monitoramento de riscos de seus negócios, segue integralmente as regras do Comitê de Gerenciamento de Riscos de sua controladora, ENGIE Brasil Energia, ao qual cabe: (i) promover internamente a conscientização para o tratamento do risco; (ii) definir metas e diretrizes para o seu gerenciamento; (iii) promover e sugerir melhorias nos processos de sua avaliação; e (iv) classificar e definir os procedimentos de seu controle.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos.

a) Risco de mercado

O objetivo da utilização de instrumentos financeiros pela Companhia é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de índices de preços.

Esses riscos são monitorados pelo Comitê Financeiro, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição e de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou relacionado a quaisquer outros instrumentos de risco.

Em 2019, não houve qualquer mudança nos riscos aos quais a Companhia está exposta ou na sua administração e mensuração, quando comparados aos apresentados na Nota 8 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros das demonstrações contábeis de 31.12.2018.

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são estes:

a.1) Risco relacionado às dívidas com índices flutuantes

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de índices de preços aplicados aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta ao IPCA.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas indexadas a índices de inflação e/ou atreladas à aceleração inflacionária.

Operações de *hedge* de valor justo sobre debêntures

Política contábil: Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativo e/ou passivo no balanço patrimonial e mensurados inicialmente e subsequentemente a valor justo. Os ganhos ou as perdas resultantes das variações no seu valor justo são reconhecidos no resultado, exceto quando o derivativo é qualificado e designado para a contabilidade de *hedge (hedge accounting)*.

A Companhia contratou operação de *swap* com o Banco Itaú BBA para proteger a totalidade dos fluxos de pagamentos futuros dos juros das debêntures contra a variação da taxa DI. Este é o único instrumento financeiro derivativo mantido pela Companhia, reconhecido de acordo com as normas estabelecidas para a contabilidade de *hedge*.

No início da operação de *hedge*, elabora-se documentação formal com a descrição dos objetivos e as estratégias da gestão do risco coberto e da relação entre a transação objeto do *hedge* e o instrumento de *hedge* utilizado para a proteção esperada.

A operação de *hedge* para a proteção das variações de taxas de juros flutuantes das debêntures da Companhia resulta de posição passiva vinculada à variação do CDI, ou seja, componentes não fixos, sendo, dessa forma, designados como "*Hedge* de valor justo". Nessas transações, os ganhos ou as perdas resultantes das variações das mensurações ao valor justo das debêntures e das operações de *hedge* são reconhecidos no resultado financeiro, protegendo a Companhia dos efeitos financeiros da variação do CDI sobre as debêntures.

As perdas não realizadas nas operações de *hedge* são estas:

	31.12.2019	31.12.2018
Posição (passiva) ativa		
Hedge de valor justo sobre debêntures	(12.301)	7.208
	(12.301)	**7.208**
Classificação no balanço patrimonial		
(Passivo) ativo circulante[2]	(3.510)	1.906
(Passivo) ativo não circulante[2]	(8.791)	5.302
Posição líquida (passiva) ativa	**(12.301)**	**7.208**

Em 31.12.2019, os valores das debêntures e dos *swaps* avaliados ao custo amortizado e ao valor justo são estes:

Instrumento financeiro	Valor de referência	Vencimento principal	Pagamento juros	Juros	Custo amortizado	Ajuste valor justo	Saldo contábil
Debêntures	R$ 483.000	06.2023	Semestrais	107,0% do CDI	368.376	2.939	371.315
Swap	R$ 483.000	06.2023	Semestrais	IPCA + 4,47%	(380.666)	(2.950)	(383.616)
Resultado *swap*[3]					**(12.290)**	**(11)**	**(12.301)**

[2] Apresentado como parte das rubricas "Outros ativos circulantes, "Outros ativos não circulantes", "Outros passivos circulantes" e "Outros passivos não circulantes".
[3] Apresentado nas rubricas de "Outros passivos circulantes" e "Outros passivos não circulantes".

Mutação líquida das operações de *hedge* de valor justo sobre debêntures

	Circulante	Não circulante	Total
Juros	391	-	391
Ajuste a valor justo	1.515	5.302	6.817
Ativo em 31.12.2018	**1.906**	**5.302**	**7.208**
Juros	4.461	(11.817)	(7.356)
Ajuste a valor justo	(1.517)	(5.311)	(6.828)
Transferências	(3.035)	3.035	-
Amortização de principal	3.030	-	3.030
Amortização de juros	(8.355)	-	(8.355)
(Passivo) em 31.12.2019	**(3.510)**	**(8.791)**	**(12.301)**

Segue abaixo a mutação do ajuste a valor justo apresentado nos quadros acima:

Ajuste a valor justo reconhecido no resultado	6.817
Saldos em 31.12.2018	**6.817**
Ajuste a valor justo reconhecido no resultado	(6.828)
Saldos em 31.12.2019	**(11)**

a.2) Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros e índices flutuantes

Em atendimento à Instrução CVM n° 475/08, e para fins de referência, está sendo apresentada a seguir uma análise de sensibilidade do ativo financeiro de concessão e das debêntures, expostos a riscos da variação de índices inflacionários.

O cenário-base provável para o ano de 2020 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
Risco de variação do índice	**2019**	**2020**	**Provável**	**Δ + 25% (*)**	**Δ + 50% (*)**
IPCA	4,3%	3,6%	-0,7 p.p.	0,9 p.p.	1,8 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2020.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2019 e os previstos no cenário provável para 2020, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base na variação de 25% e 50% sobre o cenário provável para 2020. As variações que poderão impactar o resultado e, consequentemente, o patrimônio líquido de 2020, em comparação com o ano de 2019, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldos em	Sensibilidade		
	31.12.2019	**Provável**	**Δ + 25%**	**Δ + 50%**
Risco de aumento (passivo)				
Debêntures				
IPCA	657.406	6.316	(6.280)	(12.559)
IPCA (Debêntures com *swap* para o IPCA)	371.315	7.433	(3.297)	(6.593)
	1.028.721	**13.749**	**(9.577)**	**(19.152)**
Risco de redução (ativo)				
Ativo financeiro de concessão				
IPCA	1.680.168	(11.748)	(14.651)	(29.303)

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures, líquidas dos efeitos do *hedge*, deduzidas do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social e as reservas de lucros. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2019	31.12.2018
Dívida[4]	1.041.022	1.104.847
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(54.865)	(13.302)
Dívida líquida	**986.157**	**1.091.545**
Patrimônio líquido	**1.008.227**	**1.004.678**
Endividamento líquido/Patrimônio líquido	**0,98**	**1,09**

c) Risco de aceleração do vencimento de dívidas

A Companhia possui contrato de debêntures com cláusulas restritivas (*covenants*), normalmente aplicáveis às operações dessa natureza, relacionadas ao atingimento de indicadores de desempenho financeiro. Caso a Companhia não atenda a alguma destas cláusulas, a dívida poderá ter seu vencimento antecipado. Em 31.12.2019, a Companhia cumpriu todas as cláusulas restritivas (Nota 8 – Debêntures).

d) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia, as aplicações financeiras e as operações de *hedge*. A Companhia considera o risco de crédito praticamente nulo, tendo em vista os aspectos comentados a seguir:

d.1) Riscos relacionados à venda de energia

Nas operações de venda de energia no mercado livre, a fim de mitigar o risco de crédito, a Companhia firmou contrato com a sua controladora, vigente a partir de 01.01.2018, até dezembro de 2028, mitigando o seu risco de crédito. Para mais detalhes vide Nota 15 – Transações com partes relacionadas.

d.2) Riscos relacionados às aplicações financeiras

Os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2019, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária.

[4] Líquida dos efeitos do *hedge*.

De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d.3) Riscos relacionados às operações de *hedge*

A Política de Investimentos e Derivativos impõe fortes restrições à realização de operações com derivativos e determina o monitoramento contínuo das exposições no caso de contratação de operação desse tipo.

Conforme anteriormente mencionado, a única operação de *hedge* contratada pela Companhia é o *swap* para proteção da variação da taxa DI sobre uma das séries das debêntures emitidas.

e) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente.

A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A Companhia, também, conta com o suporte da sua controladora ENGIE Brasil Energia na gestão de sua liquidez.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e nas obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

No demonstrativo a seguir, apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2019. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	11.185	-	-	-	11.185
Debêntures[5]	181.677	381.370	370.874	384.039	1.317.960
	192.862	**381.370**	**370.874**	**384.039**	**1.329.145**

O ativo financeiro de concessão não possui risco de liquidez, uma vez que está relacionado à parcela de energia destinada ao ACR, no Sistema de Cota de Garantia Física, cujo pagamento é garantido pelo Poder Concedente.

[5] Líquidas das operações de *hedge*.

f) Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

	31.12.2019	31.12.2018
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	54.733	12.976
Ganhos não realizados em operações de *hedge* sobre debêntures[6]	-	7.208
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	132	326
Contas a receber de clientes	25.784	10.157
Ativo financeiro de concessão	1.680.168	1.610.025
	1.760.817	**1.640.692**
Passivos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Debêntures	371.315	480.872
Perdas não realizadas em operações de *hedge* sobre debêntures[7]	12.301	-
Custo amortizado		
Fornecedores	11.185	8.834
Debêntures	657.406	631.183
	1.052.207	**1.120.889**

Os ativos e os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado estão avaliados por meio de outros dados observáveis (Nível 2), exceto as aplicações financeiras, as quais estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

g) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros somente foram identificadas diferenças entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado no ativo financeiro de concessão e na parcela das debêntures que não estão sob o escopo da contabilidade de *hedge*. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

Na determinação dos valores de mercado foram utilizados os fluxos de caixa futuros, descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes.

	31.12.2019		31.12.2018	
	Contábil	**Mercado**	**Contábil**	**Mercado**
Ativo financeiro de concessão	1.680.168	1.621.822	1.610.025	1.607.729
Debêntures	1.028.721	1.042.281	1.112.055	1.127.322
	2.708.889	**2.664.103**	**2.722.080**	**2.735.051**

[6] Apresentado como parte das rubricas "Outros ativos circulantes" e "Outros ativos não circulantes".
[7] Apresentado como parte das rubricas "Outros passivos circulantes" e "Outros passivos não circulantes".

NOTA 8 – DEBÊNTURES

Política contábil: As debêntures são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, exceto pelas debêntures que a Companhia aplicou as regras de contabilidade de *hedge*, as quais são mensurados posteriormente ao valor justo por meio do resultado.

a) Composição

	31.12.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Debêntures – 1ª emissão	114.710	911.652	1.026.362	104.599	1.004.860	1.109.459
Encargos	2.359	-	2.359	2.596	-	2.596
Debêntures	**117.069**	**911.652**	**1.028.721**	**107.195**	**1.004.860**	**1.112.055**
Efeitos do *hedge* (*swap*)						
Posição ativa[8]	-	-	-	(1.906)	(5.302)	(7.208)
Posição passiva[9]	3.510	8.791	12.301	-	-	-
Debêntures, líquidos dos efeitos do *hedge*	**120.579**	**920.443**	**1.041.022**	**105.289**	**999.558**	**1.104.847**

Em 26.06.2018, a Companhia emitiu debêntures, em duas séries, com esforços restritos, com valor nominal de R$ 1, perfazendo o montante de R$ 1.117.000. Os recursos obtidos, no montante de R$ 1.090.347, líquidos dos custos de captação, destinaram-se ao pagamento antecipado de parte do montante captado por meio de notas promissórias. A Companhia contratou *swap* para proteger a totalidade dos fluxos de pagamentos futuros dos juros contra a variação da taxa DI, para a 1ª Emissão – Série 1.

[8] A posição ativa do *hedge* está apresentada como parte das rubricas "Outros ativos circulantes" e "Outros ativos não circulantes".
[9] A posição passiva do *hedge* está apresentada como parte das rubricas "Outros passivos circulantes" e "Outros passivos não circulantes".

b) Mutação das debêntures

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2017	**1.326.232**	**-**	**1.326.232**
Emissão de debêntures	53.512	1.036.835	1.090.347
Juros	93.208	-	93.208
Variações monetárias	82	10.081	10.163
Ajuste a valor justo	1.565	5.480	7.045
Transferências	47.536	(47.536)	-
Amortização do principal[10]	(1.320.000)	-	(1.320.000)
Amortização de juros	(94.940)	-	(94.940)
Saldos em 31.12.2018	**107.195**	**1.004.860**	**1.112.055**
Juros	74.817	-	74.817
Variações monetárias	476	24.225	24.701
Ajuste a valor justo	(5.218)	1.114	(4.104)
Transferências	118.547	(118.547)	-
Amortização do principal	(107.286)	-	(107.286)
Amortização de juros	(71.462)	-	(71.462)
Saldos em 31.12.2019	**117.069**	**911.652**	**1.028.721**

c) Principais condições contratadas

			Condições de Pagamento				
	Quantidade	Remuneração	Encargos	Principal	Vencimento	Garantia	Saldos em 31.12.2019
1ª Emissão - Série 1	483.000	107% a.a. sobre Δ Taxa DI com swap para IPCA + 4,47%	Semestralmente	9 parcelas semestrais a partir de 06.2019	06.2023	Garantia real	371.315
1ª Emissão - Série 2	634.000	IPCA + 6,4962%	Semestralmente	15 parcelas semestrais a partir de 06.2020	06.2027	Garantia real	657.406

d) Vencimentos dos saldos apresentados no passivo não circulante

	Total
2021	179.319
2022	179.319
2023	185.912
2024	91.775
2025	91.775
2026 a 2029	183.552
Debêntures	**911.652**

e) Compromissos financeiros contratuais (*covenants*)

Dívida	*Covenants*	31.12.2019
Debêntures - 1ª emissão	Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) ≥ 1,1	2,24

Os compromissos financeiros estão sendo intpegralmente cumpridos pela Companhia.

[10] O valor é referente ao pagamento de notas promissórias.

NOTA 9 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, como segue:

a) Composição

Natureza dos créditos	31.12.2019				31.12.2018
	Base de cálculo	IR	CSSL	Total	Total
Passivo:					
Remuneração do ativo financeiro de concessão	478.363	119.591	43.053	162.644	81.912
Amortização da diferença entre intangível fiscal e contábil da bonificação paga pela outorga	111.729	27.932	10.055	37.987	20.456
Outros	-	-	-	-	55
		147.523	**53.108**	**200.631**	**102.423**
Ativo:					
Receita de Retorno de Bonificação pela Outorga (RBO)	364.971	91.243	32.847	124.090	66.532
Perdas não realizados em operações de *hedge*	15.474	3.868	1.394	5.262	-
Outros	6.296	1.574	567	2.141	-
		96.685	**34.808**	**131.493**	**66.532**
Valor líquido		**50.838**	**18.300**	**69.138**	**35.891**

b) Mutação do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Saldo em 31.12.2017	**2.743**
Impostos diferidos reconhecidos no resultado do exercício	33.148
Saldo em 31.12.2018	**35.891**
Impostos diferidos reconhecidos no resultado do exercício	33.247
Saldo em 31.12.2019	**69.138**

c) Expectativa de realização e exigibilidade

A Administração da Companhia elabora projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização dos créditos fiscais nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

	Ativo	Passivo
2020	13.776	20.217
2021	12.614	18.463
2022	13.665	16.702
2023	9.946	15.110
2024	9.451	13.665
2025 a 2027	20.820	33.662
2028 a 2030	15.410	24.915
2031 a 2033	11.407	18.443
2034 em diante	24.404	39.454
	131.493	**200.631**

NOTA 10 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social subscrito e integralizado

O capital social da Companhia, em 31.12.2019 e 31.12.2018, era de R$ 854.409, totalmente subscrito e integralizado, representado por 854.408.805 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 854.408.795 pertencem à ENGIE Brasil Energia e 10 são de propriedade da ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda.

b) Reservas de lucros

b.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

b.2) Reserva de retenção de lucros

A reserva é constituída, com base em orçamento de capital, com a finalidade de financiar a manutenção da Usina. A Companhia encaminhou para aprovação em assembleia geral ordinária a constituição de reserva de retenção de lucros em 2019, no montante de R$ 137.458, com base no orçamento de capital.

c) Lucro por ação básico e diluído

	31.12.2019	31.12.2018
Lucro líquido do exercício	160.769	166.021
Média de ações ordinárias	854.408.805	854.408.805
Lucro por ação básico e diluído – Em reais	**0,18816**	**0,19431**

A Companhia não possui ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados, motivo pelo qual não há diferença entre o lucro por ação básico e diluído.

NOTA 11 – DIVIDENDOS

Política contábil: Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pelo Conselho de Administração; e (ii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

a) Cálculo

	31.12.2019	31.12.2018
Base de cálculo dos dividendos ajustada		
Lucro líquido do exercício	160.769	166.021
Reserva legal	(8.039)	(8.301)
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	**152.730**	**157.720**
Dividendos propostos		
Dividendos mínimos obrigatórios	15.272	15.772
Dividendos adicionais propostos	-	141.948
Total dos dividendos anuais	**15.272**	**157.720**
Percentual do lucro líquido ajustado	**10%**	**100%**

b) Composição do saldo de dividendos a pagar

	31.12.2019	31.12.2018
Dividendos mínimos obrigatórios – exercício 2017	-	1.780
Dividendos adicionais propostos referentes ao exercício de 2017	-	16.020
Dividendos mínimos obrigatórios – exercício 2018	10.572	15.772
Dividendos adicionais propostos referentes ao exercício de 2018	141.948	-
Dividendos mínimos obrigatórios – exercício 2019	15.272	-
	167.792	**33.572**

c) Política de dividendos

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% do lucro líquido ajustado do exercício.

d) Dividendos complementares relativos ao exercício de 2018

Em 29.04.2019, a Assembleia Geral Ordinária aprovou a destinação do lucro líquido e a proposta de distribuição de dividendos complementares relativos ao exercício findo em 31.12.2018, no valor de R$ 141.948. Nesta data, a Companhia reconheceu a obrigação do pagamento em seu balanço patrimonial.

NOTA 12 – CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Política contábil: A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização.

A receita operacional bruta é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente, simultaneamente, recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia. Consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

A remuneração de ativo financeiro de concessão corresponde aos juros e à variação monetária apurados sobre o saldo de ativo financeiro de concessão (Nota 5).

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	31.12.2019	31.12.2018
Receita operacional bruta		
Suprimento de energia elétrica	149.352	162.547
Receita GAG – operação e manutenção	70.573	63.919
Transações no mercado de curto prazo	16.439	2.989
Outras receitas	33	-
	236.397	**229.455**
Deduções da receita operacional		
PIS e Cofins	(21.867)	(8.375)
Pesquisa e desenvolvimento	(722)	(2.185)
	(22.589)	**(10.560)**
Remuneração de ativo financeiro de concessão	**237.446**	**208.879**
Receita operacional líquida	**451.254**	**427.774**

NOTA 13 – RESULTADO FINANCEIRO

	31.12.2019	31.12.2018
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	2.600	7.427
Outras receitas financeiras	359	457
	2.959	**7.884**
Despesas financeiras		
Juros e variação monetária sobre		
Debêntures	99.518	103.371
Hedge de valor justo sobre empréstimos	7.356	(391)
Outros	34	400
Ajuste a valor justo	2.724	(228)
Outras despesas financeiras	622	457
	110.254	**103.609**
Despesas financeiras, líquidas	**107.295**	**95.725**

NOTA 14 – CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

Política contábil: O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas para os exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias – diferenças entre o valor contábil dos ativos e dos passivos e sua base fiscal.

	2019			2018		
	IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
Resultado antes dos tributos	**243.592**	**243.592**	**243.592**	**215.200**	**215.200**	**215.200**
Alíquota nominal	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Despesa às alíquotas nominais	**(60.898)**	**(21.923)**	**(82.821)**	**(53.800)**	**(19.368)**	**(73.168)**
Variação entre bases do lucro real e presumido	-	-	-	18.790	5.200	23.990
Outros	5	(7)	(2)	(1)	-	(1)
	(60.893)	**(21.930)**	**(82.823)**	**(35.011)**	**(14.168)**	**(49.179)**
Composição dos tributos no resultado						
Corrente	(36.447)	(13.129)	(49.576)	(10.638)	(5.393)	(16.031)
Diferido	(24.446)	(8.801)	(33.247)	(24.373)	(8.775)	(33.148)
	(60.893)	**(21.930)**	**(82.823)**	**(35.011)**	**(14.168)**	**(49.179)**
Alíquota efetiva	**25,0%**	**9,0%**	**34,0%**	**16,3%**	**6,6%**	**22,9%**

Em 2019, a Companhia alterou seu regime de tributação para o lucro real (2018 – lucro presumido).

NOTA 15 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração dos administradores

Nos exercícios findos em 31.12.2019 e 31.12.2018, os administradores não receberam remuneração nem benefícios, em razão de renúncia a esse direito. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora ENGIE Brasil Energia.

b) Venda de energia

A Companhia possui contrato de venda de energia com a sua controladora, ENGIE Brasil Energia, no montante de 98,4 MW médios, ao preço de R$ 134,87/MWh, sendo reajustado anualmente pelo IPCA, cuja vigência é de 01.01.2018 até 31.12.2028. O compromisso futuro do contrato atualizado para 31.12.2019 é de R$ 1.345.239.

Adicionalmente, em novembro de 2018, a Companhia recebeu como adiantamento do contrato de energia firmado com a controladora, o montante de R$ 75.000, realizado em 2019 e 2018.

O contrato de venda à controladora prevê que esta assuma os impactos decorrentes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), incluindo a sazonalização da garantia física para fins de alocação de energia e o Fator de Ajuste de Garantia Física (Energia Secundária ou GSF).

Assim, os montantes relativos a transações com partes relacionadas que afetaram o resultado da Companhia no exercício findo em 31.12.2019 foram:

	Receita – Suprimento de energia		Custo – Compra de energia		Despesas gerais e administrativas	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
EBE	31.591	54.968	135.537	147.572	204	132

c) Valores reconhecidos em contas patrimoniais

	Ativo	Passivo		
	Contas a Receber	Fornecedores		
	Energia	Energia	Outros	Dividendos
EBE				
31.12.2019	14.926	5.412	591	167.792
31.12.2018	-	53.100[11]	635	33.571

d) Acordo operativo

Em 01.07.2019, a Companhia e a controladora celebraram um contrato de compartilhamento de operação e manutenção e recursos humanos, no qual a controladora garante o atendimento dos procedimentos internos da Companhia quando da execução de atividades operacionais na UHE Jaguara. O contrato possui vigência de 60 meses, podendo ser prorrogado por igual período, e foi anuído pela Aneel em 10.07.2019. O montante máximo anual do contrato é de R$ 13.684.

NOTA 16 – SEGUROS

a) Riscos operacionais e lucros cessantes

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora ENGIE. A vigência do seguro vai até 31.05.2020 e o valor da cobertura é R$ 1.495.100, sendo R$ 1.338.215 referente a danos materiais e R$ 156.885 a lucros cessantes.

b) Sinistro

Em abril de 2018, ocorreu um sinistro na unidade geradora da Usina Hidrelétrica Jaguara, gerando exposição de lucros cessantes de longo prazo e danos materiais. A unidade sinistrada ficou indisponível até dezembro de 2018. As estimativas de indenizações relativas a danos materiais e lucros cessantes são de R$ 17 milhões e R$ 24 milhões, respectivamente. Desse montante, foi recebido como adiantamento, em março de 2019, o valor relativo aos lucros cessantes. O reconhecimento deste montante no resultado ocorrerá simultaneamente aos efeitos de frustração de receita decorrentes do sinistro. Em 31.12.2019, a Companhia apresenta o saldo de R$ 18.293 registrado na rubrica de "Adiantamento de indenização de lucros cessantes". Adicionalmente, a Companhia possui em 31.12.2019, como indenização de seguros a receber, o montante de R$ 9.663 (31.12.2018 – R$ 14.590).

[11] Está contemplado no saldo de contas a receber de energia o montante de R$ 51.494 relativo a adiantamento à parte relacionada decorrente do contrato de compra de energia.

NOTA 17 – COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia mantém contrato de uso do sistema de transmissão com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o qual tem vigência até a data de término da concessão. Os compromissos futuros correspondentes a este contrato, em 31.12.2019, são de R$ 1.175.634.

NOTA 18 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

Em 2019, houve compensação de imposto de renda e contribuição social no montante de R$ 1.657.

Em 2018, houve aumento de capital social por meio da capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital realizado em 2017, no montante de R$ 854.309.

ORÇAMENTO DE CAPITAL

A Companhia preparou seu orçamento de capital considerando os investimentos previstos na modernização da UHE Jaguara, cuja vigência da concessão é de 30 anos. Em função disto e considerando o § 1° do Art. 196 da Lei n° 6.404/76, que dispõe: "O orçamento, submetido pelos órgãos da administração com a justificação da retenção de lucros proposta, deverá compreender todas as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até 5 (cinco) exercícios, **salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento**", a Companhia preparou orçamento de capital considerando prazo superior a 5 exercícios.

Em milhares de reais

	A realizar									Total
Fontes de recursos	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	
Retenção de lucros do exercício de 2019 (Artigo 196 da Lei das S.A.)	137.458	-	-	-	-	-	-	-	-	**137.458**
Capital de terceiros e geração interna de caixa	-	-	-	-	-	-	29.655	75.162	75.121	**179.938**
Total das fontes	**137.458**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**29.655**	**75.162**	**75.121**	**317.396**
Aplicações de recursos										
Modernização da Usina	4.970	5.640	1.640	4.240	18.855	75.672	56.096	75.162	75.121	**317.396**
Total das aplicações	**4.970**	**5.640**	**1.640**	**4.240**	**18.855**	**75.672**	**56.096**	**75.162**	**75.121**	**317.396**

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

José Luiz Jansson Laydner
Diretor-Presidente

Marcelo Cardoso Malta
Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Artur Roberto Frota Ellwanger
Diretor Técnico-Operacional

Florianópolis, 18 de fevereiro de 2020.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Presidente

Gabriel Mann dos Santos
Conselheiro

José Luiz Jansson Laydner
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor-Presidente

Marcelo Cardoso Malta
Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Artur Roberto Frota Ellwanger
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Gabriela Kowalski Oliveira de Mattos
Contadora - CRC SC 034594/O-0

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Nunes Machado, 68,
The Five East Batel – 18º andar
80250-000 - Curitiba - PR
Brasil

Tel.: + 55 (41) 3312-1400
Fax: + 55 (41) 3312-1470
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Energética Jaguara

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Energética Jaguara ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Jaguara em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Ativo financeiro de concessão

Conforme descrito na nota explicativa nº 5 às demonstrações contábeis, o ativo financeiro de concessão é mensurado no início da concessão pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes das parcelas a serem liquidadas e, posteriormente, mantido ao custo amortizado com base na taxa de juros utilizada para o cálculo do valor presente. O contrato de concessão estabelece uma divisão para a destinação de utilização da capacidade instalada da usina de Jaguara de 70% ao Ambiente de Contratação Regulada - ACR e 30% ao Ambiente de Contratação Livre - ACL. A parcela destinada ao ACR é garantida pelo Poder Concedente e não possui risco de demanda. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, tendo em vista o alto grau de julgamento e complexidade na determinação dos fatores e das premissas por parte da Administração, atreladas ao processo de mensuração do ativo financeiro de concessão, assim como a relevância dos valores envolvidos.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia relacionados aos cálculos do ativo financeiro de concessão; (ii) discussão das premissas, incluindo a taxa de desconto utilizada no cálculo do ativo financeiro de concessão com a Administração da Companhia; (iii) obtenção das planilhas de cálculo preparadas pela Companhia para confronto com os registros efetuados no sistema contábil, com a adequada classificação do ativo financeiro de concessão (contas a receber) e ativo intangível; (iv) recálculo do ativo financeiro de concessão; e (v) avaliação se as divulgações efetuadas pela Administração estão apropriadas.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo financeiro de concessão e a consequente segregação entre ativo financeiro de concessão e ativo intangível, realizados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Reconhecimento de receita

Conforme descrito na nota explicativa nº 12 às demonstrações contábeis, a receita da Companhia decorre substancialmente da remuneração e da variação monetária do ativo financeiro de concessão e do fornecimento e do suprimento de energia elétrica. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, em função da complexidade no processamento, no registro das transações e no reconhecimento da receita.

Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (i) avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia relacionados aos cálculos utilizados para mensurar a receita; (ii) exame das planilhas de controle da receita; (iii) recálculo da receita considerando o contrato de concessão e contratos de venda de energia; (iv) confronto das informações com os extratos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e (v) avaliação se as divulgações efetuadas pela Administração estão apropriadas.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que o processamento, o registro e o reconhecimento da receita realizados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, estão adequados no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 18 de fevereiro de 2020

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" SC

Fernando de S. Leite
Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Companhia Energética

Jaguara

Relatório da Administração

e Demonstrações Contábeis Regulatórios dos Exercícios de

2019 e 2018

CNPJ: 28.925.264/0001-75
NIRE: 42 3 0004594-2
R. Paschoal Apóstolo Pitsica, 5064
Agronômica - Florianópolis – SC
CEP 88025-255

ENGIE 3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA
BM&FBOVESPA A Nova Bolsa
ISEB3
Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada IGC
Índice de Ações com Tag Along Diferenciado ITAG
2019

ÍNDICE

Relatório da Administração Regulatório 3
Balanços Patrimoniais Regulatórios 9
Demonstrações dos Resultados Regulatórios 11
Demonstrações dos Resultados Abrangentes Regulatórios 12
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Regulatório 13
Demonstrações dos Fluxos de Caixa Regulatório 14
Nota 1 – Contexto operacional 15
Nota 2 – Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias 16
Nota 3 – Caixa e equivalentes de caixa 17
Nota 4 – Concessionárias e permissionárias 17
Nota 5 – Intangível 18
Nota 6 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros 18
Nota 7 – Debêntures 22
Nota 8 – Patrimônio líquido 24
Nota 9 – Receita operacional bruta 25
Nota 10 – Resultado financeiro 25
Nota 11 – Imposto de renda e contribuição social correntes 26
Nota 12 – Transações com partes relacionadas 26
Nota 13 – Seguros 27
Nota 14 – Compromissos de longo prazo 27
Nota 15 – Informações complementares ao fluxo de caixa 28
Nota 16 – Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatórios e societários 28

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia Energética Jaguara ("Jaguara" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis Regulatórias, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2019. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Aneel, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

Constituída em 09.10.2017 e sediada no município de Florianópolis (SC), a Companhia detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para operação da Usina Hidrelétrica Jaguara ("Usina" ou "UHE Jaguara"), em concessão pelo prazo de 30 anos.

A Usina está localizada no Rio Grande, na divisa dos Estados de São Paulo (SP) – município de Rifaina - e Minas Gerais (MG) – município de Sacramento, com capacidade instalada de 424,0 MW e energia assegurada de 341,0 MW médios.

A energia da Usina está comercializada da seguinte maneira: 70% em cotas no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), livre de risco hidrológico (*Generation Scaling Factor* - GSF). Os demais 30%, disponíveis para negócio no Ambiente de Contratação Livre (ACL), foram negociados em 2018 com a controladora, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "EBE"), pelo prazo de 13 anos, e também estão isentos de risco hidrológico. Dessa forma, a energia gerada pela Companhia Energética Jaguara está 100% livre dos impactos de déficit de geração hidrológica durante a vigência deste contrato.

2. Estrutura e Controle Acionário

Com 854.408.805 ações ordinárias, a Companhia acumulava capital social de R$ 854.409 mil ao final de 2019, sendo controlada integralmente pela ENGIE Brasil Energia, sediada em Florianópolis, atuante nas atividades de geração centralizada e distribuída, comercialização e transmissão de energia elétrica. No segmento de geração, a controladora implanta e opera empreendimentos de fontes convencionais, como hidrelétricas, termelétricas e usinas complementares — pequenas centrais hidrelétricas e usinas eólicas, a biomassa e fotovoltaicas – sendo a maior geradora privada de energia do país.

2.1 Governança Corporativa

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, cujos poderes, atribuições e responsabilidades constam na legislação e no Estatuto Social. Os Conselheiros são eleitos em Assembleia Geral e a Diretoria pelo Conselho de Administração. Os mandatos são de 3 (três) anos, com possibilidade de reeleição.

2.2 Processo de Aquisição da Concessão

A UHE Jaguara, desde sua construção, pertenceu à Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). O prazo de concessão anterior venceu no decorrer de 2017, o que levou a Usina a leilão organizado pelo Governo Federal em 27.09.2017. Os parâmetros técnicos e econômicos deste leilão foram estabelecidos na Resolução n° 12/2017, do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

A ENGIE Brasil Energia foi a vencedora, com uma oferta de R$ 2.171 milhões, ágio de 13,6% sobre o preço mínimo estabelecido pelo Governo Federal no certame. Após a assinatura do contrato de concessão, transcorreu-se um curto período de operação assistida, compartilhada entre os antigos e novos operadores do ativo. Em 29.12.2017, a operação e manutenção da Usina passou a ser integralmente realizada pela equipe da EBE. A partir dessa data, iniciou-se a contagem dos 30 anos de concessão.

3. Ambiente Macroeconômico

Ao longo de 2019, a economia brasileira deu alguns sinais de retomada do crescimento, ainda que em ritmo mais lento que o esperado. Em dezembro de 2019, o Produto Interno Bruto (PIB) registrou incremento de 1,1%, mesmo índice apresentado em 2018.

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou o ano de 2019 em 4,31%, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa segue acima do centro da meta de 4,25%, porém dentro do limite de variação de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Em 2018, o IPCA foi 3,75%.

A taxa básica de juros (SELIC) chegou ao final do ano em seu menor patamar histórico: 4,50% a.a, enquanto o dólar (Ptax) fechou o ano cotado a R$ 4,03 – 4,0% de valorização quando comparado a 2018.

4. Desempenho Operacional

Em 2019, a geração bruta da UHE Jaguara foi de 2.030,6 GWh, aumento de 27,0% se comparado ao desempenho de 2018, que atingiu 1.599,0 GWh. O índice de disponibilidade, desconsiderando-se as paradas programadas, atingido no período em análise foi de 98,7%, 16,7 p.p maior que o obtido em 2018, de 82,0%. Quando consideradas todas as paradas, a disponibilidade global no período analisado foi de 75,3%, 2,4 p.p. menor que o de 2018, de 77,7%.

Importante destacar que a Usina é operada remotamente desde 2018 do Centro de Operação da Geração (COG) localizado em Florianópolis, na sede da controladora ENGIE Brasil Energia, garantindo assim maior padronização, confiabilidade e eficiência operacional ao empreendimento.

5. Desempenho Econômico-financeiro

Indicadores de resultado	2019	2018	Var. (R$)	Var. (%)
Receita operacional líquida regulatória	418.944	411.866	7.078	1,7
Lucro da atividade	237.462	213.596	23.866	11,2
Margem da atividade	56,7%	51,9%	-	4,8 p.p.
Ebitda (Lajida)[1] regulatório	309.686	285.792	23.894	8,4
Depreciação e amortização	(72.224)	(72.196)	(28)	-
Resultado financeiro	(107.295)	(95.725)	(11.570)	12,1
Imposto de renda e contribuição social	(44.259)	(16.086)	(28.173)	175,1
Lucro líquido	85.908	101.785	(15.877)	(15,6)

[1] Ebitda (Lajida): lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + depreciação e amortização.

Receita operacional líquida regulatória

No ano de 2019, a receita operacional líquida regulatória da Companhia foi de R$ 418.944 mil, frente aos R$ 411.866 mil reconhecidos no ano de 2018, ou seja, acréscimo de R$ 7.078 mil.

Essa variação é consequência, substancialmente, dos seguintes eventos: (i) aumento de R$ 1.486 mil na receita nas transações de energia elétrica, sendo composto por (i.i) redução de R$ 19.837 mil nas operações de energia elétrica junto à controladora; (i.ii) aumento de R$ 14.655 mil nas operações de energia elétrica junto às distribuidoras, em função do reajuste dos contratos; e (i.iii) aumento de R$ 6.668 mil nas transações realizadas no mercado de curto prazo; e (ii) acréscimo de R$ 5.592 mil de receita de indenização para compensação dos impactos negativos pela interrupção de negócios motivada por sinistro ocorrido em maio de 2019 na Usina. Mais detalhes sobre os itens (i.i) e (i.iii) estão comentados no item "transações de energia no mercado livre" apresentado a seguir.

Custos gerenciáveis e não gerenciáveis

Os custos gerenciáveis e não gerenciáveis reduziram em R$ 16.788 mil entre os anos em comparação, passando de R$ 198.270 mil em 2018 para R$ 181.482 mil em 2019. Tal variação decorre, essencialmente, do comportamento dos componentes a seguir:

a) Compra de energia, inclusive CCEE: redução de R$ 21.055 mil entre os anos em análise, mais detalhes sobre as variações estão comentados no item "transações de energia no mercado livre" apresentado a seguir.

b) Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos – *Royalties*: aumento de R$ 2.772 mil entre os anos comparados, refletindo, principalmente, a maior geração da Usina nos períodos analisados e o reajuste de 4,5% da Tarifa Atualizada de Referência (TAR) em 2019.

c) Materiais e serviços de terceiros: redução de R$ 1.626 mil entre 2018 e 2019, motivado, substancialmente, por redução nos custos com Contrato de O&M da Usina e de Linhas de Transmissão de Conexão, parcialmente atenuada pelo aumento nos custos de (i) manutenção, limpeza e conservação de instalações; (ii) advocacia; (iii) gestão ambiental; e (iv) engenharia, arquitetura e topografia.

d) Encargos de uso da rede elétrica: aumento de R$ 1.400 mil entre os anos comparados, em virtude do reajuste dos contratos.

Transações de energia no mercado livre (incluem as transações realizadas no mercado de curto prazo)

A Companhia vende a totalidade de sua garantia física destinada ao mercado livre à sua controladora, ENGIE Brasil Energia S.A. ("EBE"), cujo contrato de venda possui um mecanismo de ajuste de preço para mitigação de risco, que prevê que a compradora, a controladora, assuma os impactos decorrentes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), o qual inclui a sazonalização da garantia física para fins de alocação de energia e o Fator de Ajuste de Garantia Física (Energia Secundária ou GSF).

Na receita com operações de energia elétrica no mercado livre houve decréscimo de R$ 13.169 mil, enquanto no custo, houve redução de R$ 21.055 mil, ocasionando aumento de R$ 7.886 mil no lucro bruto da Companhia.

Este acréscimo é resultado da estratégia de sazonalização adotada pela Companhia nos anos comparados, tendo ocasionado aumento da energia vendida no mercado de curto prazo e o aumento de compras neste mesmo mercado, impactando o lucro bruto da Companhia no montante de R$ 4.345 mil. Adicionalmente, a Companhia efetuou compras de energia em 2019 em montante R$ 23.378 mil inferior à 2018. Haja vista o mecanismo de mitigação descrito anteriormente, estes efeitos foram parcialmente atenuados pela redução de 8,1% do preço médio líquido de venda à controladora, passando de R$ 188,63/MWh em 2018 para R$ 173,30/MWh, o que ocasionou um decréscimo de R$ 19.837 mil na receita da Companhia.

Ebitda

Refletindo os efeitos mencionados anteriormente, o Ebitda de 2019 foi de R$ 309.686 mil, R$ 23.894 mil acima do apurado em 2018, que foi de R$ 285.792 mil.

Resultado financeiro

Em 2019, as receitas financeiras atingiram R$ 2.959 mil (R$ 7.884 mil em 2018), redução de R$ 4.925 mil entre os anos comparados, principalmente devido à redução nas receitas com aplicações financeiras. As despesas financeiras foram de R$ 110.254 mil (R$ 103.609 mil em 2018), aumento de R$ 6.645 mil entre os anos comparados, impactadas, principalmente, pelo aumento do IPCA, promovendo elevações na variação monetária e no ajuste a valor justo. Esses efeitos foram parcialmente atenuados por reduções nos juros de dívidas, tendo em vista que o saldo médio de dívida foi menor em 2019, quando comparado à 2018.

Imposto de renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

No ano de 2019, essas despesas aumentaram R$ 28.173 mil, passando de R$ 16.086 mil em 2018 para R$ 44.259 mil em 2019, em decorrência, principalmente, do acréscimo do lucro antes dos tributos e dos efeitos motivados pela alteração no regime de tributação ocorrida em 2019, quando a Companhia aderiu ao lucro real (2018 – lucro presumido).

Lucro líquido

O lucro líquido de 2019 foi de R$ 85.908 mil, R$ 15.877 mil inferior aos R$ 101.785 mil apresentados no ano anterior, consequência da combinação dos itens apresentados anteriormente.

É importante destacar que quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. Portanto, as demonstrações contábeis regulatórias podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial das informações preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

6. Gestão Socioambiental

A UHE Jaguara, quando operada pelo antigo proprietário, possuía as certificações ISO 9001 (Qualidade) e 14001 (Gestão Ambiental) e ainda OSHAS 18001 (Saúde e Segurança). Com a transferência do ativo, as certificações são perdidas, havendo a necessidade de haver novos processos de certificação, pautados pela cultura, modelo de gestão, políticas e procedimentos da nova operadora.

A Administração da Companhia está engajada em realizar as adaptações estruturais eventualmente necessárias, bem como a aculturação e capacitação dos recursos humanos direta e indiretamente envolvidos na operação da Usina para que em breve possam ser reconduzidos os processos de certificação acima citados, dado que a controladora, ENGIE Brasil Energia, possui tais certificações em 12 Usinas em todo o país, o que indica que as condições básicas já estão estabelecidas.

A Usina possui os seguintes programas socioambientais, estabelecidos na Licença de Operação vigente:

a) Programa de Monitoramento de Focos Erosivos;
b) Programa de Reflorestamento Ciliar;
c) Programa de Gerenciamento de Resíduos;
d) Programa de Monitoramento de Efluentes Líquidos;
e) Programa de Monitoramento de Qualidade da Água;
f) Programa de Conservação da Ictiofauna e Afugentamento nas Paradas de Máquinas;
g) Programa de Peixamento;
h) Programa de Levantamento da Produção Pesqueira;
i) Programa de Monitoramento da Avifauna e Projeto Urubu;
j) Programa de Educação Ambiental;
k) Programa de Comunicação Social;
l) Programa de Gestão Sociopatrimonial;
m) Plano de Atendimento a Emergências (PAE);
n) Programa de Monitoramento de Macrófitas Aquáticas;
o) Programa de Monitoramento, Prevenção e Controle de Mexilhão-Dourado (*Limnoperna fortunet*).

7. Recursos Humanos

A Companhia possui empregados alocados diretamente na Usina e sua administração é realizada pela controladora ENGIE Brasil Energia. A Companhia reembolsa a controladora das despesas com o pessoal.

8. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

9. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2019.

10. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para a criação da Companhia e seu desempenho no ano de 2019.

A Administração

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA

CNPJ Nº 28.925.264/0001-75 | NIRE Nº 42 3 0004594-2

BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIOS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	31.12.2019	31.12.2018
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	54.865	13.302
Concessionárias e permissionárias	4	41.890	24.274
Indenização de seguros a receber		9.663	14.590
Outros ativos circulantes		4.764	3.203
		111.182	**55.369**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		5.261	-
Outros ativos não circulantes		64	5.357
		5.325	**5.357**
Imobilizado		**9.356**	**5.163**
Intangível	5	**2.014.656**	**2.086.771**
		2.029.337	**2.097.291**
TOTAL		**2.140.519**	**2.152.660**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA

CNPJ Nº 28.925.264/0001-75 | NIRE Nº 42 3 0004594-2

BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIOS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31.12.2019	31.12.2018
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		7.368	5.538
Dividendos		167.792	33.572
Debêntures	7	117.069	107.195
Imposto de renda e contribuição social a pagar		29.466	4.655
Obrigações fiscais		3.086	3.020
Encargos setoriais		6.131	5.357
Adiantamento de clientes	12	-	51.494
Adiantamento de indenização de lucros cessantes		18.293	-
Outros passivos circulantes		3.554	16
		352.759	**210.847**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Debêntures	7	911.652	1.004.860
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	55
Outros passivos não circulantes		12.303	1.781
		923.955	**1.006.696**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8		
Capital social		854.409	854.409
Reservas de lucros		153.818	8.321
Dividendos adicionais propostos		-	141.948
Proventos excedentes da contabilidade societária		(144.422)	(69.561)
		863.805	**935.117**
TOTAL		**2.140.519**	**2.152.660**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA

CNPJ Nº 28.925.264/0001-75 | NIRE Nº 42 3 0004594-2

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS REGULATÓRIOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Nota	31.12.2019	31.12.2018
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	9		
Suprimento de energia elétrica		449.564	428.969
Energia elétrica de curto prazo		16.439	2.989
Outras receitas		33	-
		466.036	**431.958**
Deduções da receita bruta			
Tributos			
PIS		(7.692)	(2.808)
Cofins		(35.416)	(12.959)
Encargos – Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(3.984)	(4.325)
		(47.092)	**(20.092)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**418.944**	**411.866**
Custos não gerenciáveis – Parcela "A"			
Encargos de uso da rede elétrica		(37.293)	(35.893)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(10.952)	(8.180)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica – TSEE		(1.183)	(794)
		(49.428)	**(44.867)**
LUCRO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		**369.516**	**366.999**
Custos gerenciáveis – Parcela "B"			
Depreciação e amortização		(72.224)	(72.196)
Material e serviços de terceiros		(12.491)	(14.117)
Compra de energia, inclusive CCEE		(36.551)	(57.606)
Outros custos operacionais		(10.788)	(9.484)
		(132.054)	**(153.403)**
LUCRO DA ATIVIDADE		**237.462**	**213.596**
Resultado financeiro	10		
Receitas financeiras		2.959	7.884
Despesas financeiras		(110.254)	(103.609)
		(107.295)	**(95.725)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**130.167**	**117.871**
Imposto de renda e contribuição social corrente	11	(49.576)	(16.031)
Imposto de renda e contribuição social diferido	11	5.317	(55)
		(44.259)	**(16.086)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**85.908**	**101.785**
Lucro por ação básico e diluído – em reais		**0,1006**	**0,1191**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA
CNPJ Nº 28.925.264/0001-75 | NIRE Nº 42 3 0004594-2

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES REGULATÓRIOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

	31.12.2019	31.12.2018
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	85.908	101.785
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	85.908	101.785

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA

CNPJ Nº 28.925.264/0001-75 | NIRE Nº 42 3 0004594-2

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REGULATÓRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

		Capital social			Reservas de lucros					
	Nota	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Proventos excedentes da contabilidade societária	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31.12.2017		**100**	**(90)**	**854.309**	**20**	**-**	**16.020**	**(5.325)**	**-**	**865.034**
Integralização de capital	8	-	90	-	-	-	-	-	-	**90**
Capitalização de AFAC	8	854.309	-	(854.309)	-	-	-	-	-	**-**
Dividendos adicionais de 2017 creditados		-	-	-	-	-	(16.020)	-	-	**(16.020)**
Proventos excedentes da contabilidade societária		-	-	-	-	-	-	(64.236)	64.236	**-**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	101.785	**101.785**
Destinações propostas à AGO:						-				
- Reserva legal	8	-	-	-	8.301	-	-	-	(8.301)	**-**
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	(15.772)	**(15.772)**
- Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	141.948	-	(141.948)	**-**
Saldos em 31.12.2018		**854.409**	**-**	**-**	**8.321**	**-**	**141.948**	**(69.561)**	**-**	**935.117**
Dividendos adicionais de 2018		-	-	-	-	-	(141.948)	-	-	**(141.948)**
Proventos excedentes da contabilidade societária		-	-	-	-	-	-	(74.861)	74.861	**-**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	85.908	**85.908**
Destinações propostas à AGO:						-				
- Reserva legal	8	-	-	-	8.039	-	-	-	(8.039)	**-**
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	(15.272)	**(15.272)**
- Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	137.458	-	-	(137.458)	**-**
Saldos em 31.12.2019		**854.409**	**-**	**-**	**16.360**	**137.458**	**-**	**(144.422)**	**-**	**863.805**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA

CNPJ Nº 28.925.264/0001-75 | NIRE Nº 42 3 0004594-2

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) REGULATÓRIOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

	31.12.2019	31.12.2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	130.167	117.871
Conciliação do lucro com o caixa gerado nas operações:		
Depreciação e amortização	72.224	72.196
Juros e variação monetária	106.549	102.923
Outros	2.725	(165)
Lucro antes dos tributos ajustado	**311.665**	**292.825**
(Aumento) redução nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	(17.263)	11.728
Indenização de seguro a receber	4.927	(14.590)
Outros ativos	(1.756)	(3.175)
Aumento nos passivos		
Fornecedores	1.830	5.538
Adiantamento de clientes	(51.494)	51.494
Adiantamento de indenização de lucros cessantes	18.293	-
Obrigações fiscais	97	1.709
Encargos setoriais	774	5.089
Outros passivos	1.632	1.966
Caixa líquido das operações	**268.705**	**352.584**
Pagamento de juros sobre debêntures	(71.462)	(94.940)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(21.094)	(10.942)
Caixa líquido das atividades operacionais	**176.149**	**246.702**
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e no intangível	(4.300)	(5.163)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(4.300)**	**(5.163)**
Atividades de financiamento		
Integralização de capital	-	90
Emissões de debêntures	-	1.090.347
Pagamento de debêntures e notas promissórias, líquidas de *hedge*	(107.286)	(1.320.000)
Dividendos pagos	(23.000)	-
Outros	-	364
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(130.286)**	**(229.199)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**41.563**	**12.340**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	13.302	962
Saldo final	54.865	13.302
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**41.563**	**12.340**

As informações adicionais sobre as transações que não afetam o caixa e equivalentes de caixa estão apresentadas na Nota 15 – Informações complementares ao fluxo de caixa.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA
CNPJ Nº 28.925.264/0001-75 | NIRE Nº 42 3 0004594-2
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Jaguara ("Companhia" ou "Jaguara") é uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, e sociedade anônima, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, Brasil. A área de atuação e a atividade operacional da Companhia é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia foi constituída em 09.10.2017, tendo início das atividades em 19.10.2017, com o objetivo de operar e manter a Usina Hidrelétrica Jaguara ("UHE Jaguara" ou "Usina"), localizada no município de Rifaina, estado de São Paulo, estando sob o controle acionário da ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "EBE"), a qual é controlada pela ENGIE Brasil Participações Ltda., ambas situadas no Brasil. O controle acionário da ENGIE Brasil Participações Ltda. é detido pela International Power S.A., cuja sede está na Bélgica. Essa, por sua vez, é controlada pela International Power Ltd., empresa sediada no Reino Unido, integrante do grupo econômico ENGIE, sediado na França.

A Usina entrou em operação em 1971 e possui capacidade instalada de 424,0 MW[1] e 341,0 MW médios de garantia física.

O Contrato de Concessão foi assinado em 10.11.2017, com prazo de 30 anos, contados a partir de 29.12.2017. Exclusivamente para a parcela de 70% da garantia física destinada ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR), a Companhia é remunerada por meio da Receita Anual de Geração (RAG), a qual é composta da parcela associada ao Custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG), da parcela de Retorno da Bonificação pela Outorga (RBO), da parcela associada à GAG decorrente de ampliações, dos encargos de conexão, dos encargos de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, da parcela de ajuste pela indisponibilidade e de outros encargos.

Em 27.04.2018, a Companhia teve deferido seu registro de emissor de que trata a Instrução CVM n° 480/09, na categoria "b".

O capital circulante líquido negativo apresentado no balanço de 31.12.2019, no montante de R$ 241.577, decorre, substancialmente, do saldo de dividendos a pagar à controladora, tendo em vista a destinação de dividendos adicionais propostos referentes ao exercício de 2018, e da alocação no passivo circulante de 12 meses de pagamentos de debêntures, enquanto as demais contas relevantes do ativo circulante e do passivo circulante apresentam giro de, aproximadamente, 2 meses, de acordo com seu ciclo operacional. Portanto, esta situação não reflete a real liquidez da Companhia. A liquidação das obrigações ocorrerá por meio de recursos gerados pelas atividades operacionais.

[1] As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis regulatórias como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 2 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Aneel por meio da Resolução Normativa n° 605, de 11.03.2014 e conforme as políticas contábeis estabelecidas nas práticas contábeis.

As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações contábeis para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativo em certos aspectos. Estas diferenças estão explicadas na Nota 16 – Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatórios e societários.

Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial das informações preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

a) Base de preparação

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional utilizada pela Companhia.

c) Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

d) Lucro líquido por ação – básico e diluído

Não há diferença entre o lucro líquido por ação – básico e diluído – em virtude de não ter ocorrido emissão de ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados.

e) Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil: Caixa e equivalentes de caixa são compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

	31.12.2019	31.12.2018
Caixa e depósitos bancários à vista	**132**	**326**
Aplicações financeiras		
Fundo de Investimento Exclusivo		
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	54.733	12.976
	54.865	**13.302**

As aplicações financeiras da Companhia são mantidas para o pagamento dos compromissos de caixa de curto prazo, estando concentradas, substancialmente, no fundo exclusivo Energy Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE), cuja gestão é feita pelo Banco Santander. O fundo tem como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo em 31.12.2019, 100% de sua carteira em ativos com risco do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária.

A rentabilidade média do fundo nos anos de 2019 e de 2018 foi de cerca de 99,3% e 100,0% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 4 – CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Política contábil: São registrados inicialmente pelo valor da venda ou cobrança e posteriormente pelo custo amortizado.

	31.12.2019	31.12.2018
Distribuidoras	25.939	24.015
ENGIE Brasil Energia	14.926	-
Transações realizadas na CCEE	1.025	259
	41.890	**24.274**

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 45 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

A Companhia não reconheceu perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, haja vista sua experiência de perda de crédito histórica e sua expectativa no recebimento destes créditos. Em 2019 e 2018 não foram baixados valores de contas a receber de clientes em virtude de perdas verificadas.

NOTA 5 – INTANGÍVEL

Política contábil: Refere-se, principalmente, ao direito de uso da infraestrutura, originado pela bonificação pela outorga da concessão. A amortização é registrada de forma linear no prazo de vigência do contrato de concessão. A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a existência de eventos que possam levar a perda de valores não recuperáveis de seus ativos. Em 2019 e 2018, não houve quaisquer indicativos que resultaram na redução do valor recuperável destes ativos.

	Valor bruto em 31.12.2018	Adições 2019	Valor bruto em 31.12.2019	Amortização acumulada	Valor líquido em 31.12.2019
Ativo intangível em serviço					
Geração					
Bônus de Outorga	2.171.000	-	2.171.000	(156.423)	2.014.577
Software	-	80	80	(1)	79
	2.171.000	**80**	**2.171.080**	**(156.424)**	**2.014.656**

	Valor bruto em 31.12.2017	Valor bruto em 31.12.2018	Amortização acumulada	Valor líquido em 31.12.2018
Ativo intangível em serviço				
Geração				
Bônus de Outorga	2.171.000	2.171.000	(84.229)	2.086.771
	2.171.000	**2.171.000**	**(84.229)**	**2.086.771**

NOTA 6 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação e monitoramento de riscos de seus negócios, segue integralmente as regras do Comitê de Gerenciamento de Riscos de sua controladora, ENGIE Brasil Energia, ao qual cabe: (i) promover internamente a conscientização para o tratamento do risco; (ii) definir metas e diretrizes para o seu gerenciamento; (iii) promover e sugerir melhorias nos processos de sua avaliação; e (iv) classificar e definir os procedimentos de seu controle.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos.

a) Risco de mercado

O objetivo da utilização de instrumentos financeiros pela Companhia é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de índices de preços.

Esses riscos são monitorados pelo Comitê Financeiro, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição e de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou relacionado a quaisquer outros instrumentos de risco.

Em 2019, não houve qualquer mudança nos riscos aos quais a Companhia está exposta ou na sua administração e mensuração, quando comparados aos apresentados na Nota 8 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros das demonstrações contábeis regulatórias de 31.12.2018.

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são estes:

a.1) Risco relacionado às dívidas com índices flutuantes

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de índices de preços aplicados aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta ao IPCA.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas indexadas a índices de inflação e/ou atreladas à aceleração inflacionária.

Operações de *hedge* de valor justo sobre debêntures

Política contábil: Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativo e/ou passivo no balanço patrimonial e mensurados inicialmente e subsequentemente a valor justo. Os ganhos ou as perdas resultantes das variações no seu valor justo são reconhecidos no resultado, exceto quando o derivativo é qualificado e designado para a contabilidade de *hedge (hedge accounting)*.

A Companhia contratou operação de *swap* com o Banco Itaú BBA para proteger a totalidade dos fluxos de pagamentos futuros dos juros das debêntures contra a variação da taxa DI. Este é o único instrumento financeiro derivativo mantido pela Companhia, reconhecido de acordo com as normas estabelecidas para a contabilidade de *hedge*.

No início da operação de *hedge*, elabora-se documentação formal com a descrição dos objetivos e as estratégias da gestão do risco coberto e da relação entre a transação objeto do *hedge* e o instrumento de *hedge* utilizado para a proteção esperada.

A operação de *hedge* para a proteção das variações de taxas de juros flutuantes das debêntures da Companhia resulta de posição passiva vinculada à variação do CDI, ou seja, componentes não fixos, sendo, dessa forma, designados como "*Hedge* de valor justo". Nessas transações, os ganhos ou as perdas resultantes das variações das mensurações ao valor justo das debêntures e das operações de *hedge* são reconhecidos no resultado financeiro, protegendo a Companhia dos efeitos financeiros da variação do CDI sobre as debêntures.

As perdas não realizadas nas operações de *hedge* são estas:

	31.12.2019	31.12.2018
Posição (passiva) ativa		
Hedge de valor justo sobre debêntures	(12.301)	7.208
	(12.301)	**7.208**
Classificação no balanço patrimonial		
(Passivo) ativo circulante[2]	(3.510)	1.906
(Passivo) ativo não circulante[2]	(8.791)	5.302
Posição líquida (passiva) ativa	**(12.301)**	**7.208**

[2] Apresentado como parte das rubricas "Outros ativos circulantes, "Outros ativos não circulantes", "Outros passivos circulantes" e "Outros passivos não circulantes".

Em 31.12.2019, os valores das debêntures e dos *swaps* avaliados ao custo amortizado e ao valor justo são estes:

Instrumento financeiro	Valor de referência	Vencimento principal	Pagamento juros	Juros	Custo amortizado	Ajuste valor justo	Saldo contábil
Debêntures	R$ 483.000	06.2023	Semestrais	107,0% do CDI	368.376	2.939	371.315
Swap	R$ 483.000	06.2023	Semestrais	IPCA + 4,47%	(380.666)	(2.950)	(383.616)
Resultado *swap*[3]					**(12.290)**	**(11)**	**(12.301)**

Mutação líquida das operações de *hedge* de valor justo sobre debêntures

	Circulante	Não circulante	Total
Juros	391	-	391
Ajuste a valor justo	1.515	5.302	6.817
Ativo em 31.12.2018	**1.906**	**5.302**	**7.208**
Juros	4.461	(11.817)	(7.356)
Ajuste a valor justo	(1.517)	(5.311)	(6.828)
Transferências	(3.035)	3.035	-
Amortização de principal	3.030	-	3.030
Amortização de juros	(8.355)	-	(8.355)
(Passivo) em 31.12.2019	**(3.510)**	**(8.791)**	**(12.301)**

Segue abaixo a mutação do ajuste a valor justo apresentado nos quadros acima:

Ajuste a valor justo reconhecido no resultado	6.817
Saldos em 31.12.2018	**6.817**
Ajuste a valor justo reconhecido no resultado	(6.828)
Saldos em 31.12.2019	**(11)**

b) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia, as aplicações financeiras e as operações de *hedge*. A Companhia considera o risco de crédito praticamente nulo, tendo em vista os aspectos comentados a seguir:

d.1) Riscos relacionados à venda de energia

Nas operações de venda de energia no mercado livre, a fim de mitigar o risco de crédito, a Companhia firmou contrato com a sua controladora, vigente a partir de 01.01.2018, até dezembro de 2028, mitigando o seu risco de crédito. Para mais detalhes vide Nota 12 – Transações com partes relacionadas. Em relação ao mercado regulado, o recebimento é garantido pelo Poder Concedente.

d.2) Riscos relacionados às aplicações financeiras

Os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2019, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária.

De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

[3] Apresentado nas rubricas de "Outros passivos circulantes" e "Outros passivos não circulantes".

d.3) Riscos relacionados às operações de *hedge*

A Política de Investimentos e Derivativos impõe fortes restrições à realização de operações com derivativos e determina o monitoramento contínuo das exposições no caso de contratação de operação desse tipo.

Conforme anteriormente mencionado, a única operação de *hedge* contratada pela Companhia é o *swap* para proteção da variação da taxa DI sobre uma das séries das debêntures emitidas.

c) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente.

A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A Companhia, também, conta com o suporte da sua controladora ENGIE Brasil Energia na gestão de sua liquidez.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e nas obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

No demonstrativo a seguir, apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2019. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	7.368	-	-	-	7.368
Debêntures[4]	181.677	381.370	370.874	384.039	1.317.960
	189.045	**381.370**	**370.874**	**384.039**	**1.325.328**

[4] Líquidas das operações de *hedge*.

d) Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

	31.12.2019	31.12.2018
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	54.733	12.976
Ganhos não realizados em operações de *hedge* sobre debêntures[5]	-	7.208
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	132	326
Concessionárias e permissionárias	41.890	24.274
	96.755	**44.784**
Passivos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Debêntures	371.315	480.872
Perdas não realizadas em operações de *hedge* sobre debêntures[6]	12.301	-
Custo amortizado		
Fornecedores	7.368	5.538
Debêntures	657.406	631.183
	1.048.390	**1.117.593**

Os ativos e os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado estão avaliados por meio de outros dados observáveis (Nível 2), exceto as aplicações financeiras, as quais estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 7 – DEBÊNTURES

Política contábil: As debêntures são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, exceto pelas debêntures que a Companhia aplicou as regras de contabilidade de *hedge*, as quais são mensurados posteriormente ao valor justo por meio do resultado.

a) Composição

	31.12.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Debêntures – 1ª emissão	114.710	911.652	1.026.362	104.599	1.004.860	1.109.459
Encargos	2.359	-	2.359	2.596	-	2.596
Debêntures	**117.069**	**911.652**	**1.028.721**	**107.195**	**1.004.860**	**1.112.055**
Efeitos do *hedge* (*swap*)						
Posição ativa[7]	-	-	-	(1.906)	(5.302)	(7.208)
Posição passiva[8]	3.510	8.791	12.301	-	-	-
Debêntures, líquidos dos efeitos do *hedge*	**120.579**	**920.443**	**1.041.022**	**105.289**	**999.558**	**1.104.847**

[5] Apresentado como parte das rubricas "Outros ativos circulantes" e "Outros ativos não circulantes".
[6] Apresentado como parte das rubricas "Outros passivos circulantes" e "Outros passivos não circulantes".
[7] A posição ativa do *hedge* está apresentada como parte das rubricas "Outros ativos circulantes" e "Outros ativos não circulantes".
[8] A posição passiva do *hedge* está apresentada como parte das rubricas "Outros passivos circulantes" e "Outros passivos não circulantes".

Em 26.06.2018, a Companhia emitiu debêntures, em duas séries, com esforços restritos, com valor nominal de R$ 1, perfazendo o montante de R$ 1.117.000. Os recursos obtidos, no montante de R$ 1.090.347, líquidos dos custos de captação, destinaram-se ao pagamento antecipado de parte do montante captado por meio de notas promissórias. A Companhia contratou *swap* para proteger a totalidade dos fluxos de pagamentos futuros dos juros contra a variação da taxa DI, para a 1ª Emissão – Série 1.

b) Mutação das debêntures

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2017	**1.326.232**	**-**	**1.326.232**
Emissão de debêntures	53.512	1.036.835	1.090.347
Juros	93.208	-	93.208
Variações monetárias	82	10.081	10.163
Ajuste a valor justo	1.565	5.480	7.045
Transferências	47.536	(47.536)	-
Amortização do principal[9]	(1.320.000)	-	(1.320.000)
Amortização de juros	(94.940)	-	(94.940)
Saldos em 31.12.2018	**107.195**	**1.004.860**	**1.112.055**
Juros	74.817	-	74.817
Variações monetárias	476	24.225	24.701
Ajuste a valor justo	(5.218)	1.114	(4.104)
Transferências	118.547	(118.547)	-
Amortização do principal	(107.286)	-	(107.286)
Amortização de juros	(71.462)	-	(71.462)
Saldos em 31.12.2019	**117.069**	**911.652**	**1.028.721**

c) Principais condições contratadas

			Condições de Pagamento				
	Quantidade	Remuneração	Encargos	Principal	Vencimento	Garantia	Saldos em 31.12.2019
1ª Emissão - Série 1	483.000	107% a.a. sobre Δ Taxa DI com swap para IPCA + 4,47%	Semestralmente	9 parcelas semestrais a partir de 06.2019	06.2023	Garantia real	371.315
1ª Emissão - Série 2	634.000	IPCA + 6,4962%	Semestralmente	15 parcelas semestrais a partir de 06.2020	06.2027	Garantia real	657.406

d) Vencimentos dos saldos apresentados no passivo não circulante

	Total
2021	179.319
2022	179.319
2023	185.912
2024	91.775
2025	91.775
2026 a 2029	183.552
Debêntures	**911.652**

[9] O valor é referente ao pagamento de notas promissórias.

e) Compromissos financeiros contratuais (*covenants*)

Dívida	*Covenants*	31.12.2019
Debêntures - 1ª emissão	Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) ≥ 1,1	2,24

Os compromissos financeiros estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

NOTA 8 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social subscrito e integralizado

O capital social da Companhia, em 31.12.2019 e 31.12.2018, era de R$ 854.409, totalmente subscrito e integralizado, representado por 854.408.805 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 854.408.795 pertencem à ENGIE Brasil Energia e 10 são de propriedade da ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda.

b) Reservas de lucros

a.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

a.2) Reserva de retenção de lucros

A reserva é constituída, com base em orçamento de capital, com a finalidade de financiar a manutenção da Usina. A Companhia encaminhou para aprovação em assembleia geral ordinária a constituição de reserva de retenção de lucros em 2019, no montante de R$ 137.458, com base no orçamento de capital.

c) Dividendos

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% do lucro líquido societário ajustado do exercício.

A Companhia propôs a distribuição de dividendos adicionais relativos ao exercício de 2018 no montante de R$ 141.948.

d) Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados, motivo pelo qual não há diferença entre o lucro por ação básico e diluído.

e) Proventos excedentes da contabilidade societária

Refere-se à diferença de distribuição de dividendos da Companhia entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória.

NOTA 9 – RECEITA OPERACIONAL BRUTA

	2019			2018		
	Nº Consumidores	MWh Mil	R$ Mil	Nº Consumidores	MWh Mil	R$ Mil
Suprimento faturado						
Distribuidoras	54	-	274.277	51	-	243.624
ENGIE Brasil Energia	1	789	134.426	1	789	151.712
	55	**789**	**408.703**	**52**	**789**	**395.336**
Suprimento não faturado						
Distribuidoras	54	-	25.935	51	-	22.729
ENGIE Brasil Energia	1	73	14.926	1	73	10.904
	55	**73**	**40.861**	**52**	**73**	**33.633**
Transações no mercado de curto prazo	-	-	16.439	-	-	2.989
Outras receitas	-	-	33	-	-	-
	55	**862**	**466.036**	**52**	**862**	**431.958**

Os empreendimentos alcançados pelo regime de cotas são remunerados através de receitas fixas calculadas com base nos custos envolvidos na prestação do serviço de geração. Além disso, o gerador que tem sua energia comercializada em regime de cotas de garantia física não arca com os riscos hidrológicos nem com os resultados financeiros do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) associados à Usina.

A capacidade instalada da Usina é destinada na proporção de 70% ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR) no Sistema de Cota de Garantia Física e 30% ao Ambiente de Contratação Livre (ACL), conforme o Contrato de Concessão n° 02/2017, assinado em 10.11.2017.

NOTA 10 – RESULTADO FINANCEIRO

	2019	2018
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	2.600	7.427
Outras receitas financeiras	359	457
	2.959	**7.884**
Despesas financeiras		
Juros e variação monetária sobre		
Debêntures	99.518	103.371
Hedge de valor justo sobre empréstimos	7.356	(391)
Outros	34	400
Ajuste a valor justo	2.724	(228)
Outras despesas financeiras	622	457
	110.254	**103.609**
Despesas financeiras, líquidas	**107.295**	**95.725**

NOTA 11 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil: O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas para os exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias – diferenças entre o valor contábil dos ativos e dos passivos e sua base fiscal.

	2019			2018		
	IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
Resultado antes dos tributos	**130.167**	**130.167**	**130.167**	**117.871**	**117.871**	**117.871**
Alíquota nominal	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Despesa às alíquotas nominais	**(32.542)**	**(11.715)**	**(44.257)**	**(29.468)**	**(10.608)**	**(40.076)**
Variação entre bases do lucro real e presumido	-	-	-	18.790	5.200	23.990
Outros	5	(7)	(2)	-	-	-
	(32.537)	**(11.722)**	**(44.259)**	**(10.678)**	**(5.408)**	**(16.086)**
Composição dos tributos no resultado						
Corrente	(36.447)	(13.129)	(49.576)	(10.638)	(5.393)	(16.031)
Diferido	3.910	1.407	5.317	(40)	(15)	(55)
	(32.537)	**(11.722)**	**(44.259)**	**(10.678)**	**(5.408)**	**(16.086)**
Alíquota efetiva	**25,0%**	**9,0%**	**34,0%**	**9,1%**	**4,6%**	**13,6%**

Em 2019, a Companhia alterou seu regime de tributação para o lucro real (2018 – lucro presumido).

NOTA 12 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração dos administradores

Nos exercícios findos em 31.12.2019 e 31.12.2018, os administradores não receberam remuneração nem benefícios, em razão de renúncia a esse direito. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora ENGIE Brasil Energia.

b) Venda de energia

A Companhia possui contrato de venda de energia com a sua controladora, ENGIE Brasil Energia, no montante de 98,4 MW médios, ao preço de R$ 134,87/MWh, sendo reajustado anualmente pelo IPCA, cuja vigência é de 01.01.2018 até 31.12.2028. O compromisso futuro do contrato atualizado para 31.12.2019 é de R$ 1.345.239.

Adicionalmente, em novembro de 2018, a Companhia recebeu como adiantamento do contrato de energia firmado com a controladora, o montante de R$ 75.000, realizado em 2019 e 2018.

O contrato de venda à controladora prevê que esta assuma os impactos decorrentes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), incluindo a sazonalização da garantia física para fins de alocação de energia e o Fator de Ajuste de Garantia Física (Energia Secundária ou GSF).

Assim, os montantes relativos a transações com partes relacionadas que afetaram o resultado da Companhia no exercício findo em 31.12.2019 foram:

	Receita – Suprimento de energia		Custo – Compra de energia	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
EBE	31.591	54.968	135.537	147.572

c) Valores reconhecidos em contas patrimoniais

	Ativo	Passivo		
	Contas a Receber	Fornecedores		
	Energia	Energia	Outros	Dividendos
EBE				
31.12.2019	14.926	5.412	591	167.792
31.12.2018	-	53.100[10]	635	33.571

d) Acordo operativo

Em 01.07.2019, a Companhia e a controladora celebraram um contrato de compartilhamento de operação e manutenção e recursos humanos, no qual a controladora garante o atendimento dos procedimentos internos da Companhia quando da execução de atividades operacionais na UHE Jaguara. O contrato possui vigência de 60 meses, podendo ser prorrogado por igual período, e foi anuído pela Aneel em 10.07.2019. O montante máximo anual do contrato é de R$ 13.684.

NOTA 13 – SEGUROS

a) Riscos operacionais e lucros cessantes

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora ENGIE. A vigência do seguro vai até 31.05.2020 e o valor da cobertura é R$ 1.495.100, sendo R$ 1.338.215 referente a danos materiais e R$ 156.885 a lucros cessantes.

b) Sinistro

Em abril de 2018, ocorreu um sinistro na unidade geradora da Usina Hidrelétrica Jaguara, gerando exposição de lucros cessantes de longo prazo e danos materiais. A unidade sinistrada ficou indisponível até dezembro de 2018. As estimativas de indenizações relativas a danos materiais e lucros cessantes são de R$ 17 milhões e R$ 24 milhões, respectivamente. Desse montante, foi recebido como adiantamento, em março de 2019, o valor relativo aos lucros cessantes. O reconhecimento deste montante no resultado ocorrerá simultaneamente aos efeitos de frustração de receita decorrentes do sinistro. Em 31.12.2019, a Companhia apresenta o saldo de R$ 18.293 registrado na rubrica de "Adiantamento de indenização de lucros cessantes". Adicionalmente, a Companhia possui em 31.12.2019, como indenização de seguros a receber, o montante de R$ 9.663 (31.12.2018 – R$ 14.590).

NOTA 14 – COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia mantém contrato de uso do sistema de transmissão com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o qual tem vigência até a data de término da concessão. Os compromissos futuros correspondentes a este contrato, em 31.12.2019, são de R$ 1.175.634.

[10] Está contemplado no saldo de contas a receber de energia o montante de R$ 51.494 relativo a adiantamento à parte relacionada decorrente do contrato de compra de energia.

NOTA 15 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

Em 2019, houve compensação de imposto de renda e contribuição social no montante de R$ 1.657.

Em 2018, houve aumento de capital social por meio da capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital realizado em 2017, no montante de R$ 854.309.

NOTA 16 – CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIOS E SOCIETÁRIOS

As demonstrações contábeis societárias são elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Enquanto as demonstrações contábeis regulatórias seguem a regulamentação regulatória, determinada pela Aneel. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas contábeis regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas contábeis societárias.

Balanço Patrimonial

		31.12.2019			31.12.2018		
	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
ATIVO CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa		54.865	-	54.865	13.302	-	13.302
Concessionárias e permissionárias	(i)	41.890	(16.106)	25.784	24.274	(14.117)	10.157
Indenização de seguros a receber		9.663	-	9.663	14.590	-	14.590
Ativo financeiro de concessão	(i)	-	183.783	183.783	-	172.165	172.165
Outros ativos circulantes		4.764	-	4.764	3.203	-	3.203
		111.182	**167.677**	**278.859**	**55.369**	**158.048**	**213.417**
ATIVO NÃO CIRCULANTE							
Realizável a longo prazo							
Ativo financeiro de concessão	(i)	-	1.496.385	1.496.385	-	1.437.860	1.437.860
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(ii)	5.261	(5.261)	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes		64	-	64	5.357	-	5.357
		5.325	**1.491.124**	**1.496.449**	**5.357**	**1.437.860**	**1.443.217**
Imobilizado		**9.356**	**(6.296)**	**3.060**	**5.163**	**-**	**5.163**
Intangível	**(i)**	**2.014.656**	**(1.438.945)**	**575.711**	**2.086.771**	**(1.490.511)**	**596.260**
		2.029.337	**45.883**	**2.075.220**	**2.097.291**	**(52.651)**	**2.044.640**
TOTAL		**2.140.519**	**213.560**	**2.354.079**	**2.152.660**	**105.397**	**2.258.057**

	Nota	31.12.2019 Regulatório	Ajustes	Societário	31.12.2018 Regulatório	Ajustes	Societário
PASSIVO CIRCULANTE							
Fornecedores		7.368	-	7.368	5.538	-	5.538
Dividendos		167.792	-	167.792	33.572	-	33.572
Debêntures		117.069	-	117.069	107.195	-	107.195
IR e CS a pagar		29.466	-	29.466	4.655	-	4.655
Obrigações fiscais		3.086	-	3.086	3.020	-	3.020
Encargos setoriais		6.131	-	6.131	5.357	-	5.357
Adiantamento de clientes		-	-	-	51.494	-	51.494
Adiantamento de indenização de lucros cessantes		18.293		18.293	-	-	-
Outros passivos circulantes		3.554	-	3.554	16	-	16
		352.759	**-**	**352.759**	**210.847**	**-**	**210.847**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE							
Debêntures		911.652	-	911.652	1.004.860	-	1.004.860
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(ii)	-	69.138	69.138	55	35.836	35.891
Outros passivos não circulantes		12.303	-	12.303	1.781	-	1.781
		923.955	**69.138**	**993.093**	**1.006.696**	**35.836**	**1.042.532**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social		854.409	-	854.409	854.409	-	854.409
Reservas de lucros		153.818	-	153.818	8.321	-	8.321
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	141.948	-	141.948
Proventos excedentes da contabilidade societária		(144.422)	144.422	-	(69.561)	69.561	-
		863.805	**144.422**	**1.008.227**	**935.117**	**69.561**	**1.004.678**
TOTAL		**2.140.519**	**213.560**	**2.354.079**	**2.152.660**	**105.397**	**2.258.057**

Demonstração do resultado

	Nota	31.12.2019 Regulatório	31.12.2019 Ajustes	31.12.2019 Societário	31.12.2018 Regulatório	31.12.2018 Ajustes	31.12.2018 Societário
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Suprimento de energia elétrica	(iv)	449.564	(300.212)	149.352	428.969	(266.422)	162.547
Transações no mercado de curto prazo		16.439	-	16.439	2.989	-	2.989
Receita GAG – operação e manutenção	(iv)	-	70.573	70.573	-	63.919	63.919
Remuneração do ativo financeiro de concessão	(iii)	-	237.446	237.446	-	208.879	208.879
Outras receitas		33	-	33	-	-	-
		466.036	**7.807**	**473.843**	**431.958**	**6.376**	**438.334**
Deduções da receita bruta							
Tributos							
PIS	(iv)	(7692)	3.791	(3.901)	(2.808)	1.317	(1.491)
Cofins	(iv)	(35.416)	17.450	(17.966)	(12.959)	6.075	(6.884)
Encargos – Parcela "A"							
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(iv)	(3.984)	3.262	(722)	(4.325)	2.140	(2.185)
		(47.092)	**24.503**	**(22.589)**	**(20.092)**	**9.532**	**(10.560)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**418.944**	**32.310**	**451.254**	**411.866**	**15.908**	**427.774**
Custos não gerenciáveis – Parcela "A"							
Encargos de uso da rede elétrica	(v)	(37.293)	27.243	(10.050)	(35.893)	23.665	(12.228)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos – CFURH	(v)	(10.952)	7.419	(3.533)	(8.180)	5.327	(2.853)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TSEE	(v)	(1.183)	1.183	-	(794)	765	(29)
		(49.428)	**35.845**	**(13.583)**	**(44.867)**	**29.757**	**(15.110)**
LUCRO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		**369.516**	**68.155**	**437.671**	**366.999**	**45.665**	**412.664**
Custos gerenciáveis – Parcela "B"							
Depreciação e amortização	(vi)	(72.224)	51.571	(20.653)	(72.196)	51.664	(20.532)
Material e serviços de terceiros	(vii)	(12.491)	(6.301)	(18.792)	(14.117)	-	(14.117)
Compra de energia, inclusive CCEE		(36.551)	-	(36.551)	(57.606)	-	(57.606)
Outros custos operacionais		(10.788)	-	(10.788)	(9.484)	-	(9.484)
		(132.054)	**45.270**	**(86.784)**	**(153.403)**	**51.664**	**(101.739)**
LUCRO DA ATIVIDADE		**237.462**	**113.425**	**350.887**	**213.596**	**97.329**	**310.925**
Resultado financeiro							
Receitas financeiras		2.959	-	2.959	7.884	-	7.884
Despesas financeiras		(110.254)	-	(110.254)	(103.609)	-	(103.609)
		(107.295)	**-**	**(107.295)**	**(95.725)**	**-**	**(95.725)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**130.167**	**113.425**	**243.592**	**117.871**	**97.329**	**215.200**
Imposto de renda e contribuição social corrente		(49.576)	-	(49.576)	(16.031)	-	(16.031)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(viii)	5.317	(38.564)	(33.247)	(55)	(33.093)	(33.148)
		(44.259)	**(38.564)**	**(82.823)**	**(16.086)**	**(33.093)**	**(49.179)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**85.908**	**74.861**	**160.769**	**101.785**	**64.236**	**166.021**

Efeitos de contabilização de contratos de concessão

(i), (iii), (iv), (v), (vi) Concessionárias e permissionárias, ativo financeiro de concessão e intangível

Na contabilidade societária, a parcela da bonificação pela outorga que dá direito incondicional ao recebimento de um fluxo de caixa sem riscos de mercado e hidrológicos foi reconhecida como ativo financeiro de concessão. A diferença entre o valor total da bonificação pela outorga e o montante alocado como ativo financeiro de concessão foi reconhecida no ativo intangível. A parcela reconhecida no ativo financeiro de concessão é remunerada pela taxa interna de retorno e atualizada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), estes efeitos são apresentados na rubrica "Remuneração do ativo financeiro de concessão". A realização deste ativo financeiro de concessão ocorre por meio dos recebimentos do Retorno da Bonificação de Outorga (RBO). Os demais itens integrantes da RAG são reconhecidos em linhas específicas do resultado, conforme segue: (i) Custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG) – reconhecido na rubrica "Receita GAG – operação e manutenção"; (ii) encargos de conexão, encargos de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, da parcela de ajuste pela indisponibilidade e de outros encargos – reconhecidos como recuperação dos custos relacionados. O intangível é amortizado de forma linear pelo prazo de vigência do contrato de concessão.

Em contrapartida, para fins regulatórios o montante total da bonificação pela outorga foi reconhecido no ativo intangível, sendo também amortizado de forma linear pelo prazo de vigência do contrato de concessão. Adicionalmente, as receitas faturadas mensalmente às distribuidoras, relacionada a RAG, são reconhecidas na rubrica "Suprimento de energia elétrica".

Os efeitos acima destacados resultam em diferenças na apuração de Pis e COFINS.

(ii), (viii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os efeitos da remuneração do ativo financeiro de concessão, da amortização da diferença entre intangível fiscal e contábil da bonificação paga pela outorga e da receita de RBO geram imposto de renda e contribuição social diferidos nas demonstrações societárias. Para fins regulatórios, esses efeitos não são considerados, conforme mencionado no item anterior.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31.12.2019	31.12.2018
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Saldos no início do exercício	**69.561**	**5.325**
(iii) Remuneração do ativo financeiro da concessão	237.446	208.879
(iv) Retorno da Bonificação de Outorga (RBO), líquida	(205.136)	(192.971)
(v) Custos não gerenciáveis – Parcela "A"	35.845	29.757
(vi) Amortização do intangível	51.571	51.664
(vii) Material e serviços de terceiros	(6.301)	-
(viii) Tributos diferidos sobre as diferenças de práticas contábeis	(38.564)	(33.093)
Saldos no final do exercício	**144.422**	**69.561**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Presidente

Gabriel Mann dos Santos
Conselheiro

José Luiz Jansson Laydner
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor-Presidente

Marcelo Cardoso Malta
Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Artur Roberto Frota Ellwanger
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Gabriela Kowalski Oliveira de Mattos
Contadora - CRC SC 034594/O-0

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Nunes Machado, 68,
The Five East Batel – 18º andar
80250-000 - Curitiba - PR
Brasil

Tel.: + 55 (41) 3312-1400
Fax: + 55 (41) 3312-1470
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Energética Jaguara

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia Energética Jaguara ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração da Companhia com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Jaguara em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Reconhecimento de receita

Conforme descrito na nota explicativa nº 9 às demonstrações contábeis regulatórias, a receita da Companhia decorre substancialmente do fornecimento e suprimento de energia elétrica. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, em virtude da relevância dos valores registrados nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade das atividades de controles internos da Companhia relacionados aos cálculos utilizados para mensurar a receita; (ii) exame das planilhas de controle da receita; (iii) recálculo da receita considerando o contrato de concessão, atentando para se os valores foram calculados corretamente e reconhecidos na competência adequada; (iv) confronto das informações com os extratos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e (v) avaliação se as divulgações efetuadas pela Administração estão apropriadas.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos, consideramos que o processamento, o registro e o reconhecimento da receita realizados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, estão adequados no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, que foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis societárias

A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 18 de fevereiro de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração Regulatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração Regulatório, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração Regulatório e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração Regulatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 27 de março de 2020

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" SC

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Companhia Energética Jaguara

FLORIANOPOLIS, 27 de Março de 2020 CE-CEJ-PR-0006/2020

Prezada Senhora

Ticiana Freitas de Souza

Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF - Agência Nacional de Energia Elétrica

RUA SGAN 603 Módulos I/J - 2º andar

CEP 70830-110 - BRASILIA - DF

Ref.: Termo de responsabilidade - Companhia Energética Jaguara

Prezada Senhora,

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas prevista em Lei, a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades às quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes de que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeita a Outorgada às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como os signatários, às previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004

Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:

(...)

X - fornecer informação falsa a ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.

Atenciosamente.

Finalizado eletronicamente por JOSE LUIZ JANSSON LAYDNER

JOSE LUIZ JANSSON LAYDNER
Diretor Presidente

Finalizado eletronicamente por ARTUR ROBERTO FROTA ELLWANGER

ARTUR ROBERTO FROTA ELLWANGER
Diretor Técnico-Operacional

Finalizado eletronicamente por GABRIELA KOWALSKI OLIVEIRA DE MATTOS

GABRIELA KOWALSKI OLIVEIRA DE MATTOS

Contador - CRC: SC-034594/O-0